

## AUDIÊNCIA NO SENADO FEDERAL

*Notas taquigráficas da audiência do ministro de Estado da Defesa,  
Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*

**Brasília, 26 de abril de 2012**

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

*(Leitura de notas)*

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com S. Ex<sup>a</sup> o Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, para discutir e para debater a situação das Forças Armadas no cenário atual e futuro, suas carências, bem como os diversos programas desenvolvidos no âmbito daquela pasta, em atendimento ao Requerimento nº 19, de 2012, desta Comissão, de autoria do Senador Fernando Collor.

Convido, ao tempo em que lhe desejo, em nome de todos os integrantes desta Comissão, as melhores boas-vindas, S. Ex<sup>a</sup> o Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, para compor a Mesa dos trabalhos.

Antes de passar a palavra a S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro da Defesa Celso Amorim, gostaria de registrar a presença dos Exm<sup>os</sup> Srs. General de Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; General de Exército José Carlos De Nardi, Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas; e Almirante-de-Esquadra Fernando Eduardo Studart Wiemer, Chefe do Estado Maior da Armada, recentemente empossado. Desejamos a V. Ex<sup>a</sup> êxito, como sempre, continuado em sua missão. A todos as nossas melhores boas-vindas e nosso respeito e admiração pelas Forças Armadas Brasileiras, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Concedo a palavra ao Ministro Celso Amorim, para fazer a sua exposição.

★ ★ ★

**O SR. CELSO AMORIM** – Senhoras e senhores, tenho sempre dito que é, para nós, de grande importância que haja um amplo debate na sociedade sobre os temas de defesa. Acho que somente assim conseguiremos fazer face às nossas necessidades. Somente assim, através deste debate, poderemos efetivamente conseguir o apoio indispensável da sociedade para atender a essas necessidades que são absolutamente indispensáveis.

Estou a menos de nove meses no cargo e é a segunda vez que compareço aqui, e esse é um motivo de grande alegria.

Queria também cumprimentar, Presidente Collor, ao senhor e à Comissão, pela iniciativa da publicação dentro da revista *Em Discussão*, do Senado, de um exemplar totalmente dedicado à defesa nacional. É exatamente isto que desejamos, uma pluralidade de ideias, uma discussão ampla, e é o que nos permite realmente avançar nessa discussão. Uma discussão que deve ser sempre despreconceituosa, que deve ser apartidária, deve ter em vista os interesses do País.

O grande interesse público suscitado por esse tema, dentro e fora do parlamento, confirma, a meu ver, o amadurecimento da democracia brasileira. Hoje, a democracia trata, com desassombro, de questões cruciais da vida independente de uma nação, se sua grande estratégia de defesa, do papel da configuração de suas Forças Armadas, do controle popular democrático do emprego do poderio militar.

O acompanhamento atento da política de defesa pelo Congresso Nacional é particularmente importante neste momento de elevação acentuada da estatura internacional do Brasil. Hoje, como todos sabem, o Brasil festeja, de certa maneira, ser a sexta economia do mundo. Alguns dizem que, dentro de um ano ou dois, seremos a quinta. Essas coisas, nós sabemos, dependem muito também de flutuações cambiais e de outros fatores. Mas, se não formos a quinta ou a sexta, estaremos sempre entre aquelas mais importantes e de maior influência no mundo. Evidentemente, um país que tem uma posição como essa no mundo, como eu dizia...Eu vi que o Presidente Collor mencionava – eu estava acompanhando pelo monitor de televisão suas palavras – a recente visita do Secretário de Defesa norte-americano Leon Panetta. Eu tive a oportunidade de dizer a ele isto: não sei se seremos a sexta, a sétima ou a quinta, acho que, provavelmente seremos a quinta, continuaremos melhorando, mas, independentemente disso, se hoje algum estadista do mundo tivesse que convocar ou recriar o G-7, não poderia deixar o Brasil de fora. Isso, em si, já é uma demonstração muito grande da nossa importância no mundo, e todos nós sabemos que a importância política e econômica de um país, a importância de suas ideias, a importância dos valores que defende não pode estar desvinculada, não pode estar desamparada do poder militar.

Então, nesse sentido vemos também a importância crescente das Forças Armadas num país que tem... Vou voltar a esse ponto, mas não quis deixar de fazer essa referência logo no início.

Além de ser a sexta economia do mundo, o Brasil detém riquezas inestimáveis e um excepcional potencial humano. Demonstramos ao mundo que a inclusão social pode ser conjugada ao desenvolvimento econômico e à democracia, num ciclo de crescimento virtuoso.

Antigamente, havia sempre aquela dúvida: se era preciso crescer antes de distribuir, ou se era possível mesmo... Lembro-me de doutrinas que achavam que não era possível distribuir renda e crescer em regime democrático. Acho que o Brasil está provando ao mundo... E, por isso, muitas vezes, é citado como exemplo até dentro dos Brics por outros analistas, pois é um país democrático, que está crescendo, com estabilidade e com distribuição de renda.

Então, são fatos novos que projetam de maneira muito forte a imagem do Brasil no mundo e que também impõem a nós responsabilidades acrescidas. Somos um país que se encontrou consigo mesmo e que retira desse fato, desse reencontro, um enorme respeito internacional. Evidentemente, esse patrimônio precisa ser protegido. Nossa política de defesa repousa sobre uma estratégia que combina cooperação e dissuasão, e eu diria de maneira muito simplificada que, na nossa região mais imediata, na América do Sul, predomina a cooperação. A dissuasão, claro que não é exclusivamente na região, mas nela predomina a cooperação.

Em relação ao mundo como um todo, há eventuais adversários que não sabemos quais são, que não têm rosto, mas em relação aos quais devemos estar protegidos. Aí, sim, predomina a dissuasão.

É preciso fortalecer essa tendência da cooperação na América do Sul por meio da manutenção e do aprofundamento dos altos níveis de confiança do nosso País com os seus vizinhos. Já temos, há algumas décadas pelo menos, uma importante relação bilateral e multilateral com vários países, em vários domínios. Não preciso dizer isso ao Presidente Collor, que foi quem assinou o Tratado do Mercosul. Tive a honra de ser quem rubricou a minuta. Era então chefe do departamento econômico do Itamaraty, mas foi o Presidente quem assinou, na época juntamente com o Ministro Rezek, o Tratado do Mercosul.

Mas, de lá para cá, evoluímos muito. Evoluímos não só com todos os percalços frequentemente apontados pela mídia, evoluímos de maneira notável não só no Mercosul, mas no conjunto da integração sul-americana e evoluímos também nas relações bilaterais com os países.

No caso da América do Sul, talvez, o avanço mais notável tenha sido a criação da Unasul e, dentro da Unasul, o Conselho de Defesa Sul-americano. Temos aí uma oportunidade, que está sendo aproveitada, de criação de confiança, de eliminação ou pelo menos de bom encaminhamento das disputas, evitando que o conflito armado exista na nossa região.

Na realidade, como tenho dito algumas vezes, é preciso que transformemos – e já estamos transformando na realidade –, é preciso que a América do Sul seja uma zona de paz e segurança. Aquilo que um cientista político norte-americano dizia muito anos atrás – e aplicava esse raciocínio à relação entre Estados Unidos e Canadá: que sejamos uma área de segurança, isto é, aquela em que a guerra é impensável como maneira de solucionar os conflitos.

Então, a cooperação na América do Sul tem sido um tema central das nossas atividades.

Vejo também que o Presidente Collor mencionou, na apresentação da minha convocação, do meu convite a estar presente aqui, a referência a algumas viagens na América do Sul. Eu queria dizer, Presidente e Senadores, que, em pouco mais de oito meses, nós já tivemos praticamente ou viagens minhas aos países, ou viagens dos ministros da defesa desses países ao Brasil. Então, praticamente com todos os países, nós já tivemos um contato intenso. Creio que falta ainda o Equador justamente, para o qual está prevista uma visita na próxima semana. E não só visitas minhas, mas visitas dos comandantes das forças em várias situações. O General De Nardi que se ocupa do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas tem sempre me acompanhado ou, quando eu não posso ir, ele vai para visitar os vizinhos, inclusive para notificá-los adequadamente de operações realizadas no Brasil, como as operações Ágata, para que não haja nenhuma suspeita a respeito das nossas intenções. Há pouco estive também em uma reunião de comandantes do Exército da América do Sul, organizada pelo General Enzo, na Bahia; o Brigadeiro Saito me acompanhou numa viagem ao Chile, para mencionar alguns episódios.

Temos tido sempre uma cooperação excelente com todos os países. E isso é muito importante para que o Brasil possa dormir sossegado. A cooperação na América do Sul não é apenas importante em si mesma, mas é importante também para possibilitar a projeção do Brasil no mundo, porque se temos um problema na nossa vizinhança, torna-se difícil desempenharmos outras missões que são também muito importantes e muito relevantes para a visão que o mundo tem do Brasil, como, por exemplo, e creio que não foi mencionado, mas se não o foi aproveitado para fazê-lo, essa com a presença da Marinha brasileira através de uma fragata no Líbano.

Isso é algo de extrema importância, pois é a primeira vez que temos uma embarcação brasileira, que eu me lembre, na história, no Mediterrâneo. É um teatro totalmente desconhecido. E não é apenas isso. Temos também o comando da força-tarefa naval da Unifil,

que é o nome da força no Líbano. Algo também extremamente importante, porque é a primeira vez que um país que não faz parte da OTAN comanda essa força naval. Isso também são ilustrações da importância crescente que as nossas Forças Armadas estão tendo e o respeito com que elas são vistas no exterior.

Evidentemente que poderia citar muitos outros exemplos aqui. Mas o que vem à mente é um exemplo em que as três Forças estiveram envolvidas, com predominância do Exército, o Haiti, e é provável que volte a ele, de modo que não vou me alongar agora.

Enfim, toda essa disposição de cooperação, a existência da Unasul, o diálogo, o foro, tem sido complementado com ações concretas de cooperação. Como disse antes, todos os Ministros da América do Sul têm vindo ao Brasil, eu também tenho visitado. Muito recentemente tivemos a visita do Ministro argentino. Na realidade, acho que uma semana ou dez dias antes do Secretário Leon Panetta. E com a Argentina a nossa relação tem se aprofundado. Ele manifestou, inclusive, interesse no nosso blindado Guarani, até mesmo para mobiliar – não sei se é a palavra correta – a força de paz conjunta da Argentina com o Chile.

Isso é uma coisa muito interessante e muito importante e que projetará ainda mais também a nossa capacidade em matéria de indústria de defesa. Esses são alguns exemplos.

Temos negociado com vários outros países da América do Sul. Muitas vezes essa negociação envolve apenas uma venda de produto brasileiro. Mas sempre que possível e sempre que os países revelam esse interesse, temos procurado fazer dessa cooperação uma via de duas mãos, claro que levando em conta as assimetrias que existam. Por exemplo, com relação à Colômbia, está muito avançada a discussão sobre a cooperação no KC 390, que é o avião de transporte que deve substituir transporte e reabastecimento, deve substituir o Hércules, que é um grande projeto da Embraer e da Força Aérea Brasileira. Com a Colômbia já estamos também em um estágio avançado de discussão da aquisição de lanchas blindadas colombianas para a Amazônia, que é algo que nós precisamos.

Tive oportunidade de visitar, junto com o Gen. Enzo, nossas embarcações na Amazônia e sei que, apesar do esforço humano fantástico que é feito lá, há uma deficiência de equipamento muito óbvia. E até por razões facilmente compreensíveis, a Colômbia está muito avançada nessas lanchas fluviais. Então, a Marinha terá duas e o Exército, duas. Estamos trabalhando nisto.

Isso é para dar um exemplo, mas não é o único. Ou seja, estamos procurando fazer ver que quando falamos na criação de uma base industrial sul-americana, não estamos falando nisso porque queremos apenas vender, é claro que queremos vender também, mas queremos realmente cooperar e ter a participação dos países até em projetos que o Brasil desenvolve e desenvolver com eles outros projetos.

No caso da Argentina, também temos além desse interesse no Guarani, temos o KC 390, temos várias discussões importantes na área naval, até para manutenção de navios. No caso do Peru, por exemplo, a Marinha brasileira, em princípio, deve fazer – e transferir a tecnologia correspondente – aquilo que se chama o corte de meia-vida, ou algo parecido, do submarino. Enfim, é uma cooperação intensa que reforça a nossa visão de que a América do Sul é uma área de paz e segurança e de que temos, no nosso entorno, um cinturão de paz e boa vontade, porque isso é fundamental para atuar no mundo como um todo.

Evidentemente, temos também outros laços de cooperação com países desenvolvidos e com países em desenvolvimento. A Presidente mencionou e eu já repeti aqui a visita importante do Secretário Leon Panetta. Eu tenho, por acidentes biográficos, Presidente, tido a chance de acompanhar certa evolução da história. Há cerca de 18 anos, quando eu era Ministro no

Governo do Presidente Itamar Franco, me foi dado ser anfitrião do então Secretário de Defesa dos Estados Unidos, William Perry. Na época, não tínhamos Ministério da Defesa – claro que ele manteve contato com os ministros das três armas, mas ele precisava de um anfitrião que simbolizasse o Estado brasileiro e, então, acharam melhor que fosse o Ministro das Relações Exteriores. Naquela época, não só pela conversa com ele, que, na realidade, acabou indo mais para temas políticas, mas, pelo que ouvi dos ministros militares naquela época, a visão era basicamente a de que o Brasil e os outros países da América Latina e da América do Sul não tinham que desenvolver nem se preocupar muito em desenvolver o seu potencial de defesa. Na realidade, a visão era a de que tínhamos uma grande potência no continente, a Guerra Fria tinha acabado e essa grande potência cuidaria de tudo – às nossas forças estaria reservado apenas o papel de combater o tráfico de droga, o crime organizado. Essa era a visão. Pois bem. Anteontem, quando recebi o Secretário Leon Panetta, vi uma visão totalmente diferente. É claro que alguém poderá dizer: “Mas é claro, porque eles também querem vender os equipamentos”. É natural, isso faz parte do jogo, mas a diferença é muito grande, porque a percepção... Inclusive o fato de eles quererem vender é positivo, porque não é uma visão de que nós não precisamos ter forças armadas importantes. Não vou citar textualmente, mas são palavras dele que, no mundo de hoje, inclusive com as dificuldades até financeiras que os Estados Unidos têm também, é preciso que outros países estejam capacitados a enfrentar desafios de defesa, desafios de estratégia global. É claro que, por outro lado, deve haver também a percepção – ele não disse isto, mas eu estou dizendo – de que o Brasil vai seguir o seu caminho independente. Então, preferem, naturalmente, participar desse nosso desenvolvimento – de que forma é uma coisa que sempre temos de discutir – que tentarem ignorar ou tentarem achar que as nossas Forças Armadas vão se dedicar apenas ou predominantemente a questões de crime internacional, de tráfico de drogas etc.

Eu acho que essa percepção é muito importante e eu a queria deixar registrada, mas temos cooperação com muitos outros países. Na realidade, o Brasil hoje se tornou quase um país que é um polo de atração, porque é uma potência emergente, que já tem necessidades de defesa muito grandes e vai ter necessidades de defesa cada vez maiores. Por outro lado, é um país democrático, ou seja, não cria problemas de os Executivos com os seus Congressos cooperarem com o Brasil, diferentemente do que ocorre com alguns outros dos emergentes. Então, há um interesse muito grande. É rara a semana que passe que eu não receba uma alta autoridade, como foi o caso agora do Secretário Panetta, ou, algumas vezes, acompanhando a Presidenta Dilma, como foi o caso do Primeiro-Ministro da França ou o Presidente da Câmara sueca. No caso, os três países estão muito interessados, evidentemente, no caso dos aviões, mas não são apenas eles. Têm a Ucrânia e muitos outros que, frequentemente, vêm ao Brasil. Também há as empresas, com cada uma procurando mostrar que vai levar em conta a legislação brasileira, que leu a lei que estabeleceu o produto de defesa, a empresa estratégica de defesa, que vai se adaptar, que vai se associar às empresas brasileiras... Ora, isso tudo é bom, isso tudo é positivo para o Brasil, pois nos cria um leque de escolha maior e nos cria também uma possibilidade de investimentos, sobre os quais nós podemos ter também controle.

Nós também queremos, Senadores, ter uma relação mais ampla. O Brasil hoje não vive mais confinado a uma relação exclusiva com os Estados Unidos ou com a Europa, que seguem sendo importantes.

Eu mencionei, aqui, a visita do Secretário Panetta; nós estamos adquirindo, seguidamente, helicópteros, por exemplo, Black Rock, dos Estados Unidos; temos, para citar alguns outros exemplos, um programa importantíssimo com a França, que é o do submarino nuclear; temos também o dos helicópteros, com a França; a Espanha trabalhou na renovação dos aviões que são os nossos, hoje – uma modernização, melhor dizendo –, dos aviões que são, hoje, os que fazem patrulha oceânica, que são muito importantes, também, no controle do mar, ajudando a

Marinha em relação ao pré-sal e a outras situações. Então, há uma grande cooperação com países tradicionais, digamos assim, mas o Brasil, hoje, tem, também, de descobrir outras parcerias.

Eu fiz, recentemente, uma viagem à Índia, fui acompanhado pelo Brigadeiro Saito, e pude ver, por exemplo, que o projeto da Embraer, a utilização do avião da Embraer 145 como plataforma para o sistema de radar, com o radar indiano, é mais do que uma mera... É porque eu, como sou um pouco leigo, estou aprendendo, ainda, muita coisa nessa área, eu achava que o avião é brasileiro, o radar é indiano, chega lá, parafusa, faz uma pequena adaptação... Não é bem assim. Aquilo quase que se torna um projeto conjunto. Eles fizeram um verdadeiro edifício, onde está sendo feito, apenas, o trabalho do radar indiano que irá montado no avião 145, cujo segundo teste creio que vai ser feito ainda neste mês, e uma alta autoridade indiana deve vir aqui.

Então, eu acho que cooperação com países como a Índia, como a Turquia, que é um país, também, que tem um nível similar ao nosso... Eu vi uma exposição sobre o que eles estão fazendo, querendo fazer, são todas coisas parecidas com as nossas: veículo aéreo não tripulado, novas corvetas e fragatas mais modernas. Enfim, há muita possibilidade de cooperação.

Há a perspectiva, que nós temos de já começar a encarar, de ter um porta-aviões no futuro, porque você começa a planejar hoje para ele ficar pronto daqui a 15 anos, se o Brasil pretender ter uma participação na produção e não apenas comprar um porta-aviões pronto, como sempre ocorreu no passado.

Então, eu acho que esses são parceiros novos com os quais nós temos de trabalhar. Aliás, com a África do Sul, por exemplo, já estamos trabalhando, inclusive de maneira muito intensa, num míssil ar-ar, de ultimíssima geração, a respeito do qual, inclusive, já temos sido procurados por outros países.

Então, essa cooperação é intensa e eu diria que vendo a América do Sul como a nossa área mais imediata... Eu friso América do Sul porque a América do Sul é o nosso entorno. É claro que, aí, a América Latina e o Caribe têm muito interesse também, tanto assim que estamos presentes no Haiti, e a África, crescentemente, sobretudo a África Ocidental, de onde vem grande parte do nosso petróleo, aonde vão muitos investimentos brasileiros, enfim, são áreas que têm de estar presentes no nosso mapa geopolítico, não só da política externa, do Itamaraty, mas também no mapa da defesa.

Toda essa visão de cooperação é importante, e ela se baseia numa tradição de país pacífico, e talvez para usar as palavras, aqui, forte, jamais agressivo, mas ela também não pode ignorar que nós vivemos – e, aí, eu vou me permitir usar, também, as palavras do Presidente Collor – num mundo confuso e globalizado. E, nesse mundo confuso e globalizado, no qual nós não sabemos muito bem de onde virão as ameaças, o Brasil não pode abrir mão da sua capacidade de dissuasão.

Nós não podemos descuidar da proteção do imenso patrimônio brasileiro: o contínuo crescimento econômico, a nossa capacidade de produção de alimentos, a água, que é um recurso tão importante, o petróleo nosso, do pré-sal, enfim, uma variedade enorme de recursos de que todos sabemos, mas que, às vezes, nós achamos que, como aquilo nos foi dado por Deus, está ali, é da natureza, ninguém vai querer tocar. Infelizmente, nós sabemos que não é assim, ou pode não ser assim.

Então, o Brasil, embora não tenha inimigos definidos, tem de estar atento aos conflitos que possam ocorrer, inclusive conflitos entre terceiros, mas que possam chegar até nós.

Isso já ocorreu, de certa maneira, na própria Segunda Guerra mundial e pode ocorrer com muito mais intensidade numa situação em que o mundo está, crescentemente, carente de recursos, carente de biodiversidade, enfim, de todas essas potencialidades que nós temos.

E o que é preciso dizer a esse respeito, eu acho que é um axioma, mas eu repito: defesa não é delegável; defesa cada país tem de cuidar da sua. Ele pode cooperar com outros, ele pode até compartilhar recursos com outros, mas ele não pode delegar sua defesa a ninguém.

Então, é dentro dessa concepção que nós temos procurado agir.

Não vou aqui entrar em detalhes das ameaças potenciais que existem no mundo, dos conflitos. Nós sabemos que apesar da multipolaridade crescente, nós ainda temos grandes dificuldades para fazer com que a norma internacional seja seguida. Muitas vezes há dúvida, inclusive, sobre a própria norma, de como é que determinada ação deve ser feita, até aonde vai o direito, digamos, de intervir em outras situações, por parte da comunidade internacional, então, o Brasil tem de estar prevenido.

Além dos conflitos que podem estar aparentemente mais distantes, mas que podem ter reflexos em nós, há situações também que nos preocupa de maneira crescente, e eu diria, sobretudo, na África Ocidental.

Eu acho que nós temos situações aí, nos meses recentes tivemos duas muito graves: a Guiné-Bissau e Mali. No caso da Guiné-Bissau, com um golpe militar que derrubou o governo que estava conduzindo já às vésperas do segundo turno das eleições, é algo muito grave, condenando não só pela CPLP, mas pelas organizações regionais, a da União Africana, a Organização Oeste Africana etc., pelo próprio Conselho de Segurança e, ali, para o Brasil, eu acho que há dois aspectos: primeiro, a solidariedade com a Guiné-Bissau em procurar ajudar aquele país a se construir. É um país que fala a nossa língua. É um país com o qual nós temos laços profundos. Muitas pessoas que você encontra lá foram pessoas que estudaram no Brasil e, segundo, uma preocupação legítima também com a nossa própria segurança. Porque não nos interessa que um país, que está a pouco mais de 3.000 km – talvez 3.200, 3.500 km, não sei exatamente – da costa brasileira, possa se transformar em um estado falido, sujeito às ameaças terroristas, sujeitos às ameaças do narcotráfico. Então, é muito importante também que nós tenhamos presente essa dimensão que tem para nós o Atlântico Sul. Não é só a proteção imediata da costa, que é, evidentemente, fundamental, e do pré-sal, mas também essas questões.

Lembrando, mais uma vez, que grande parte, por exemplo, do petróleo brasileiro vem do Golfo da Guiné. Então, nós temos de estar preparados inclusive para ajudar. É claro que o Brasil não vai se tornar uma potência que vá intervir nesses lugares, mas ele tem de estar preparado a ajudar quando solicitado. No marco das Nações Unidas, como fez no Haiti; pode ser que haja uma solicitação também em relação a alguma outra situação.

Eu mencionei o Mali. O Mali é um país com o qual o Brasil tem uma cooperação intensa. Eu visitei o Mali, quando fui Ministro do Exterior, e colhi, juntamente com esse presidente que foi deposto agora, faltavam poucos dias de mandato, mas de qualquer maneira o presidente foi deposto agora, colhi com ele as primeiras amostras de algodão plantado com tecnologia da Embrapa.

Ademais dessas ligações que nós temos, todos sabem que o norte do Mali, a parte que já confronta com o Deserto do Saara, é também muito sujeito a rotas não só do tráfico, mas de redes terroristas.

Então, o Brasil tem de se interessar por essas questões queira ou não queira. Mas eu acho que nós devemos. Isto tudo exige uma capacidade dissuasória que nós temos de ter presente.

E tudo isso, eu diria, aqui – talvez para caminhar para a conclusão, Senador, para não tomar muito tempo –, que nós temos dois ou três aspectos. Primeiro um aspecto de legislação. E eu quero, mais uma vez, registrar o meu reconhecimento pela maneira positiva e expedita com que o Congresso Nacional, em particular o Senado Federal, tem trabalhado nas legislações de interesse da defesa, mas especificamente, por exemplo, a aprovação da Lei nº 12.598, de produtos de defesa, que é o que permite dar incentivos especiais às empresas estratégicas de defesa no Brasil e aos produtos estratégicos de defesa. Então, eu acho que isso é algo muito importante. Quero registrar, aliás, eu acho o Presidente foi o Relator. Eu, quando liguei para ele, eu disse: “Não, eu estou é agradecendo antecipadamente, porque eu já conheço muito bem as posições”. Muitas vezes a própria burocracia a que todas as entidades estão sujeitas poderia ter causado algum atraso e, felizmente, foi possível evitar.

Há pouco tempo a Presidenta Dilma enviou um projeto muito importante, que é a Amazul. A Amazul é a criação de uma empresa que permitirá a Marinha brasileira ter a formação dos seus engenheiros nucleares, de toda a parte relativa ao submarino e a parte nuclear separada de outras atividades, até porque, como todos sabem, nessa área, a demanda internacional é grande, o custo de formação desses engenheiros é muito grande e também a sensibilidade dos temas tratados é enorme. Tudo isso justifica que haja uma empresa separada com esse objetivo, até mesmo para absorver a tecnologia que nós estamos querendo seja transferida da França, no caso específico do submarino; os elementos de propulsão são nossa criação. Enfim, tudo isso é algo muito importante e eu vejo, como já havia mencionado, esse interesse crescente do investimento estrangeiro, que é bem-vindo, mas também temos que ter um reforço da empresa nacional. Esse é um aspecto.

O outro aspecto, que é ligado naturalmente ao legislativo, é o reforço da nossa capacidade. Como eu já vim aqui outras vezes, não quero cansá-los mencionando ponto por ponto. Entretanto os investimentos na área de defesa têm aumentado. Se nós tomarmos a curva, mesmo que deflacionados, eles revelam, digamos, embora haja uma oscilação ano a ano, uma certa tendência ao aumento. Mas se compararmos com outros países... E o Brasil tem que perder esse hábito de se comparar com países pequenos, menores. Se somos a sexta economia do mundo, se fazemos parte dos Brics, temos que nos comparar a eles. E, aí, nossos gastos em defesa estão muito abaixo da média dos Brics. É muito difícil comparar gastos em defesa, porque, certos países tiram a parte de ciência e tecnologia, põem ciência e tecnologia; outros não consideram pessoal. Então essas comparações são muito difíceis e eu as menciono aqui com toda cautela.

Mas um instituto importante, que é o Sipri, um instituto sueco que estuda as relações internacionais, diz que o Brasil é o menor dos Brics tradicionais; é maior um pouco do que a África do Sul, isso em termos de percentual do PIB. Claro que em termos absolutos, se se for comparar com outros países maiores ainda, como China e Rússia, fica muito mais para trás. Mas, mesmo em termos percentuais, o percentual do Brasil tem oscilado um pouco abaixo de 1.5 do PIB, enquanto o dos outros países a média é de 2.3, 2.4; no caso da Rússia é bem mais..

★ ★ ★

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – *(Fora do microfone.)* Nós já chegamos a...

**O SR. CELSO AMORIM** – É, mas isso inclui pessoal. E a questão é que 75% do orçamento nosso é pessoal e uma parte grande desse pessoal é inativo. Então, dependendo de como você contar... Por exemplo, outra estatística sobre a qual não vou tecer detalhes agora, porque me

chegou ao conhecimento recentemente, é o estudo do Conselho de Defesa Sul-Americano sobre os percentuais de defesa na América do Sul. Surpreendentemente, em termos de percentual do PIB, o do Brasil é muito baixo, porque eles excluem pessoal, gastos que não sejam estritamente ligados à defesa mesmo.

Todo mundo sabe que, aqui no Brasil, as Forças Armadas, embora a sua missão precípua, principal, seja a defesa da Pátria, acabam fazendo um pouco de tudo. Atendem a desastre natural, atendem a questões de segurança pública frequentemente em circunstâncias especiais e dentro das normas constitucionais, mas tudo isso faz com que se torne ainda mais premente a necessidade de aumento. Nós temos conseguido preservar, mas eu diria que um aspecto importante do orçamento deste ano é que o percentual de investimento, em relação ao percentual de custeio, aumentou. Isso é algo muito positivo.

Bom, alguns desses projetos já são muito conhecidos dos senhores, estão em andamento, como é o caso do Prosub, outros estão começando a se desenvolver mais, o caso do Sisfron, por exemplo, o Blindado Guarani e também a repotencialização de antigos blindados, os helicópteros que já mencionei e também a...

*(Intervenção fora do microfone).*

**O SR. CELSO AMORIM** – Sobre o FX-2 terá que ser tomada uma decisão muito brevemente, imagino. Eu queria então dizer isso. Claro que tenho alguns detalhes sobre alguns deles e poderia mencionar se for do desejo, mas, para não tomar mais tempo, eu diria isso.

Mas, além do equipamento, que é muito importante, eu mencionei alguns, como o Prosub, que é absolutamente vital.

Quer dizer, o Brasil tem a maior costa atlântica do mundo. Nós que vivemos no Brasil esquecemos. Eu não nasci no Rio, mas moro no Rio. Nós olhamos para o Pão de Açúcar e esquecemos que é tão bonito. Precisamos morar fora um tempo para voltar e ver que é tão bonito. E o tamanho do Brasil também é assim: temos a maior costa atlântica do mundo. A área coberta pela Amazônia Azul é quase metade do território brasileiro se incluirmos... Então, essas coisas todas exigem defesa, exigem equipamento.

A mesma coisa com relação aos blindados, com relação aos aviões, que se fazem necessários também. Mas não é só de equipamento que a nossa defesa vive. Ela também tem o elemento humano, que é absolutamente fundamental. E eu posso dizer, Presidente, que, nesses oito meses, mais ou menos, da minha gestão, depois de convidado pela Presidenta Dilma, na Defesa, tenho podido testemunhar o altíssimo grau de profissionalismo das nossas Forças Armadas. E como elas estão focadas neste interesse profissional de defesa do País ou outras atividades relacionadas direta ou indiretamente com a defesa do País; ou, quando convocadas, até em questões da lei e da ordem. Como é do conhecimento de todos, ocorreu no Rio, no Complexo do Alemão, ocorreu também quando houve problemas de greve de Polícia Militar nos Estados e ocorre também sempre em relação às fronteiras.

Realizamos algo que eu quero também mencionar, porque isso tem a ver com o Ministério da Defesa diretamente. Com a coordenação do Estado-Maior Conjunto de Forças Armadas e participação das três, há essas operações Ágata, em que nós temos atuado junto com o Ministério da Justiça. Eles fazem mais a parte permanente, que é a operação Sentinela, e nós coordenamos a parte de grande presença do Estado, de poder dissuasório nas fronteiras. Já fizemos três operações no ano passado por decisão da própria Presidenta. Estavam planejadas duas, porque sempre há o temor de que não haja recursos, mas a própria Presidência decidiu que serão novamente três neste ano, e a primeira delas vai ser na área que ainda não estava coberta, que é uma área da nossa fronteira com a Guiana, Suriname,

Venezuela e Guiana Francesa. E, em todos os casos, essa operação foi objeto de contato, nesse caso, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas visitou esse país. Eu já tinha ido antes à Venezuela também. Isso não só para explicar os objetivos, mas, quando possível, até ter uma cooperação, porque como isso visa, sobretudo, ao crime organizado, também não adianta muito, nem para eles, nem para nós, que se faça uma operação, os criminosos saiam de lá e, depois que se retira a operação, eles voltem ou fiquem por lá etc.

Mas, esse profissionalismo que tenho podido verificar acho importantíssimo, e isso implica também uma valorização – não é só pelo governo –, pela sociedade, do papel dos militares e das Forças Armadas brasileiras. Isso tem de se refletir em boas condições de vida, tem que se refletir também em bom equipamento.

Também já tinha visto isto, e o Brigadeiro Saito sabe, porque falei lá quando vi desde os sargentos até os altos oficiais recebendo o avião P3. Vi o orgulho que eles tinham e a felicidade de poderem desempenhar e cumprir o dever. Agora, visitando o Comando Militar do Nordeste, pude ver também a felicidade pelo fato de terem recebido, de 2010 para cá – creio – um número muito importante de veículos que são os que possibilitam ao Exército se deslocar, por exemplo, quando há uma situação, como houve na Bahia, ou como houve no Ceará. Isso também possibilita ao Exército, nesse caso, deslocar-se em situações até de combate aos danos, aos desastres naturais etc.

Então, há todo o lado do equipamento, mas esse profissionalismo é muito importante, e isso também tem a ver – não podemos ignorar – com a questão de remuneração adequada, de condições de vida. A Presidenta Dilma é sensível a esse tema, tenho conversado sobre isso e espero poder encaminhá-lo. É o tipo da coisa que, infelizmente, não podemos dizer que vai ser hoje, amanhã, de tal forma ou de outra forma, mas há uma sensibilidade real para essa questão. Com certeza, espero eu – sinceramente, é uma das minhas prioridades como Ministro da Defesa – que isso possa ocorrer: bom equipamento e boas condições de vida, porque é disso que se faz o profissionalismo dos militares.

A maneira mais correta de garantir o papel democrático das Forças Armadas, além das tradições, valores etc. é que elas possam estar focadas nas suas atividades profissionais. Para isso, precisam de equipamentos e precisam de recursos para estarem bem, com boas condições de vida.

Bem, praticamente terminei, mas eu queria abordar dois aspectos muito importantes da política de defesa atualmente:

1. O reforço do próprio Ministério da Defesa, do Estado-Maior Conjunto. Isso é algo muito importante. Acho que tem crescido nas Forças a percepção de como é bom trabalhar dentro de uma interoperabilidade, palavra complexa de dizer, mas de sentido muito prático. Isso tem se revelado nas operações de paz, mas muito especialmente nessas operações tipo Ágata, e outras do tipo. Isso é muito importante. Estamos procurando desenvolver programas em que se possa trabalhar conjuntamente. Quer dizer, não faz sentido você ter uma base de helicóptero em que o helicóptero da Marinha tem uma logística, o do Exército tem outra, no mesmo lugar. Então, estamos trabalhando para fazer agora um fuzil, comum, que vai ser fabricado no Brasil pela Imbel – a Imbel está precisando de certo apoio, mas isso é outro capítulo da história. Para esse crescente compartilhamento, não vou dizer que ele não existisse antes, temos um elemento de catálise que é justamente o Ministério da Defesa e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que contribui e muito para isso.

2. A Transparência. Acho que damos muita importância à transparência. O Ministério da Defesa vai inaugurar, dentro de duas semanas, creio eu, vai ser um dos primeiros a inaugurar

fisicamente, o lugar onde o cidadão pode ter acesso à informação. Isso é muito importante na sociedade democrática.

Este ano vamos ter aqui várias atividades importantes. Para resumir, vamos ter a revisão da política de defesa, que vem desde 2005, está praticamente pronta. Isso é feito em parceria com a SAE e outros ministérios. E o livro branco da defesa que também virá ao Congresso, como foi pedido, e poderá ser discutido aqui. É um livro de transparência, não serve para mudar a política, mas a transparência em si mesma já é uma mudança de política de certa maneira, porque revela uma disposição de mostrar o que está fazendo e de receber de volta, ter um *feedback*, os *inputs* da sociedade.

Em resumo, são essas as considerações. Como V. Ex<sup>a</sup> me deu um tema muito amplo, eu falei de maneira ampla, mas estou pronto a dar alguns esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB - AL)** - Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Embaixador Celso Amorim, Exm<sup>o</sup> Ministro de Estado da Defesa.

Passo a palavra aos Srs. Senadores que desejam fazer algumas colocações.

Início com S. Ex<sup>a</sup> o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP)** - Sr. Presidente, meus prezados colegas, Embaixador Celso Amorim, a quem saúdo pela presença aqui na Comissão, mais uma vez, assim como a presença dos comandantes das Forças, do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, do ex-Deputado José Genoíno, que integra a assessoria de V. Ex<sup>a</sup> e quando deputado foi um dos primeiros políticos de esquerda a se interessar vivamente, a ressaltar a importância da defesa nacional.

Vou, Sr. Ministro, me restringir a uma questão sordidamente material que é o orçamento. Foi um tema que abordei quando discuti da tribuna do Senado uma medida provisória que continha uma série de estímulos à indústria nacional de defesa. Tem razão V. Ex<sup>a</sup> quando diz que o orçamento oscila um pouco mais alto, um pouco mais baixo, mas sempre num nível muito aquém das necessidades da defesa do nosso País, face inclusive aos desafios do mundo moderno que V. Ex<sup>a</sup> tão bem ressaltou. Mais ainda, há participação ou parcela muito reduzida destinada a investimentos. No que diz respeito à remuneração de pessoal, se compararmos à remuneração dos nossos militares, as pessoas que têm nível mais ou menos equivalente de formação e de responsabilidade em outros Poderes e, até mesmo em alguns casos, no Executivo, a posição dos nossos militares é muito detrimetosa.

Fico feliz em ouvir de V. Ex<sup>a</sup> que há esforço e sensibilidade da Presidente para esse tema.

Mas, em relação ao Orçamento, Sr. Ministro, não me consta que tenha havido corte por parte do Congresso Nacional em relação às propostas orçamentárias encaminhadas pela Presidente da República. Eu creio que é efetivamente um problema do Poder Executivo, definição de prioridades do Poder Executivo.

E, aqui, a nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado tem sido sempre muito solícita em relação à defesa, como tem que ser, pela importância do tema. Nós temos sido acompanhados inclusive por assessores do Ministério da Defesa e das Forças, que sempre nos dão as informações necessárias prontamente, quando solicitadas. As emendas parlamentares originárias da nossa Comissão, quando solicitadas, sempre são formuladas e apresentadas ao orçamento. Mas eu creio que há um problema que precisa ser encarado

realmente pelo Poder Executivo de uma maneira mais, digamos assim, eficaz do que tem sido, de modo que as palavras tenham correspondências nos atos. “O homem é suas ações e mais nada”, já dizia o Padre Vieira.

Além de o Orçamento originário estar em um nível bastante baixo, como é reconhecido, há também o problema do contingenciamento; não apenas o contingenciamento das dotações originárias dos orçamentos das Forças e do Ministério, mas também o contingenciamento de alguns fundos importantes de pesquisa que alimentam o desenvolvimento tecnológico indispensável ao aprimoramento da nossa defesa.

Quero apenas fazer esse comentário – não poderia deixar de fazê-lo – e perguntar a V. Ex<sup>a</sup> também a respeito da implementação das medidas contidas na lei a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu ainda há pouco – de estímulo à indústria de defesa. Quero saber se V. Ex<sup>a</sup> pode nos informar a quantas anda, se já há resultados concretos, se já se pode sentir algum movimento positivo nessa área.

E, finalmente, Ministro, uma questão tópica, muito tópica. Aqui em Brasília, não sei se V. Ex<sup>a</sup> sabe, se cultua muito o choro, não o choro, lágrimas, o chorinho. Temos até o Clube do Choro. Uma vez por mês se reúne um grupo de chorões no Parque da Cidade, por volta de 11 horas, meio-dia. Então, sábado passado, participando da roda do choro, como ouvinte, amador, não como músico, havia lá alguns cidadãos do Estado do Mato Grosso e eles me perguntaram a respeito da presença, especialmente do Exército, no Estado do Mato Grosso; gente que vinha de Alta Floresta, dizendo que era preciso ter lá uma unidade do Exército, ou em Alta Floresta ou em Sinop E eu me comprometi a esclarecer esse assunto. Esse assunto evidentemente não é da alçada do Ministro, mas como temos aqui o General Enzo Peri, talvez eu pudesse ter essa informação para transmitir ao chorão, que está chorando talvez à toa, porque provavelmente essas providências já estão sendo tomadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Passo a palavra agora a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Roberto Requião; e, em seguida, a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Luiz Henrique.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR) – Dois assuntos, Ministros, me levam a solicitar à Mesa a palavra. Um deles diz respeito a uma iniciativa que tomamos no Paraná há algum tempo.

O Brasil pouco conhece da Revolução dos Tenentes; nada sabe do confronto entre essa coluna e a Polícia Militar do Paraná, na região de Catanduvas. E eu, algum tempo atrás, numa cavalgada, descobri, na mata, um cemitério, e, logo mais adiante, outro. E tive a informação de que ali estavam sepultados oficiais do Exército brasileiro, da famosa coluna da rebeldia dos tenentes, que depois foram a Foz do Iguaçu e se não me engano se somaram à Coluna Prestes. Nesse confronto, morreu, inclusive, o irmão do Juarez Távora.

Eu tomei uma iniciativa: mandei construir um memorial, um museu na área. Acredito que o Exército está acompanhando esse processo, mas aproveito a oportunidade para chamar atenção especial do Ministério para esse fato muito pouco conhecido da história do Brasil e do Exército. Peço atenção e destaque para esse problema.

Outro fato que me leva a intervir nesta reunião surge de uma conversa minha, há pouco, indisciplinadamente, com o Senador Aloysio, que é o problema da miserável remuneração das Forças Armadas brasileiras.

O Senador Aloysio me dizia: “Requião, o Senado está abrindo concurso agora. E um médico recém-formado que entra pelo concurso do Senado inicia a sua carreira com R\$18 mil. Quanto ganha um general do Exército? Como anda a remuneração das Forças Armadas?”

Para termos uma opinião definitiva sobre isso, a informação é fundamental. Não pode existir decisão, nem podemos influir em nada sem termos uma informação correta.

Então, a minha sugestão a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senador Fernando Collor é de que realizemos uma audiência, aqui nesta comissão, para tratar desse assunto, perscrutar a fundo a estrutura de remuneração das Forças Armadas e, por exemplo, compará-la com as remunerações desse mágico Senado Federal, onde um policial, se não me engano, começa também com R\$18 mil, que talvez não seja o salário final de um general do Exército. Essas informações são importantes.

Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, Ministro, analisasse a oportunidade dessa proposta. Inclusive, tenho um projeto que tramita no Senado, se não me engano está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tornando obrigatória a publicação da folha com a remuneração e todos os aditivos que possa ter – salário e remuneração, aditivos e vantagens – de todo funcionalismo da República; de todos os poderes e da administração direta e indireta.

Pelo que sei e na qualidade de asp. of. cav., aspirante a oficial de cavalaria, desde o tempo em que frequentei o CPOR do Paraná, essa estrutura remuneratória das Forças Armadas em relação a outros funcionários da República está extraordinariamente pobre e defasada. E seria interessante que nos informássemos a fundo, para que finalmente tomemos uma posição a respeito disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Roberto Requião.

Passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr. Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, Srs. Chefes das Forças Armadas, senhores assessores, nós tivemos, Ministro Celso Amorim, o orgulho de participar de um processo que representou a conclusão do mais importante acordo científico e tecnológico entre dois países em desenvolvimento, quando levamos adiante um programa iniciado pelo grande brasileiro, ex-ministro Renato Archer, de construção de dois satélites de órbita solar, em cooperação com a China.

Os satélites estão aí, fornecendo informações preciosas para o nosso País. Inclusive, a redução do desmatamento da floresta amazônica e dos outros biomas é consequência dessa vigilância diária dos satélites. Lembro-me de um momento importante em que esse acordo foi celebrado, em Pequim, entre o Presidente José Sarney e o Presidente Deng Xiaoping.

Hoje, o Brasil defronta-se com outro grande desafio, que é o da colocação no espaço dos satélites geoestacionários. Gostaria de perguntar a V. Ex<sup>a</sup> como é que está o cronograma desse projeto. Obrigado.

Hoje, o Brasil defronta-se com outro grande desafio, que é o da colocação no espaço dos satélites geoestacionários. Gostaria de perguntar a V. Ex<sup>a</sup> como é que está o cronograma desse projeto. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Vamos passar, agora, a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa, para que responda ao

primeiro bloco de perguntas. Em seguida, faremos o segundo bloco, para não acumularmos muitas indagações.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Ministro Celso Amorim.

**O SR. CELSO AMORIM** – Com relação às perguntas do Senador Aloysio Nunes, que de alguma maneira também cobra um pouco a inquietação do Senador Requião, sobre o Orçamento, claro que nós poderíamos ter uma discussão de grande profundidade. E devemos ter. Eu acho que é muito importante que haja essa discussão. O Senador Aloysio Nunes, que esteve no Executivo, sabe muito bem como opera o Executivo, as dificuldades, as emergências e as situações políticas econômicas, macroeconômicas, como elas, de uma maneira ou de outra, são levadas em conta. Então, é muito importante – por isso eu insisto – que não apenas o Governo esteja ciente da importância da defesa. Claro que o governo tem que estar também, mas é importante que a sociedade esteja, porque o governo reflete também, e deve refletir, no Estado democrático, o que a sociedade pensa. Quanto mais se debater, quanto mais clareza houver sobre essa questão orçamentária, mais importante é.

Estou de pleno acordo. Eu próprio, como lhe disse, forneci dados que demonstram que as nossas capacidades e os nossos gastos estão aquém das nossas necessidades. Agora, eu diria, dito isso, que se tem verificado certa recuperação, sobretudo em relação a investimento. Eles estiveram no nível mais baixo dos investimentos entre 2002 e 2003, segundo dados que tenho. Perdão, esse é o Orçamento como um todo, o nível mais baixo foi entre 2002 e 2003. Estou aqui apenas usando reais de 2012. Embora tenhamos uma moeda forte, sempre tem certa inflação. Em reais, em 2012 – entre 2002 e 2003 – ele esteve por volta, eu diria, de R\$45 milhões; hoje ele está por volta de R\$65 milhões. Então, houve certa recuperação ao longo do tempo, com as oscilações que eu já mencionei, que, de fato, no caso das Forças Armadas, como na área de Ciência e Tecnologia, são muito danosas porque quebra a continuidade dos projetos etc.

Temos conseguido, com os projetos mais críticos, atualmente, como é o caso do Prosub, uma continuidade de longo prazo, mas, sem dúvida alguma, isso que eu estou dizendo não atenua o problema, apenas ajuda a situar.

Especificamente, no que diz respeito a investimentos, que também oscilaram muito ao longo dos anos, digamos assim, se eu fosse pegar um período anterior a 2003, e ele atingir um ápice tipo em reais atuais, seria de quatro milhões e pouco em investimentos, e, em 2012, o previsto chega a pouco mais de nove milhões.

Então, embora isso esteja muito longe do ideal, há certo crescimento, que acho que tem que se manter e continuar porque, se nós queremos poder falar nas mesas internacionais como um dos BRICs, o nosso orçamento vai ter que chegar à média deles. Eu não digo que tem que ser como o da Rússia, que tem aquelas armas atômicas todas, mas temos que chegar perto. Não podemos ficar, com relação ao PIB, com um Orçamento que é menos da metade. Mas, volto a dizer, isso não é uma questão só de governo, é uma questão da sociedade. A sociedade tem que entender que isso é importante porque o governo também, numa sociedade democrática, tem de refletir o que a sociedade pensa.

Com relação à área de Alta Floresta/Sinop, como pode imaginar, eu não tenho um dado específico – se o General Enzo quiser fornecê-lo –, mas eu queria dizer algo que eu acho que é uma coisa interessante. Houve uma operação, se não me engano, do Exército nessa área, relacionada com o meio ambiente. Isso não tem a ver com os chorões diretamente, Senador, mas é mais amplo. O que acontece é que eu fui a várias operações – não fui à primeira, porque eu fui nomeado ao final da 1ª Operação Ágata, mas fui a 2 e a 3 – e não se ouvi nenhuma reclamação; pelo contrário, ouvi-se elogio. A única reclamação e queixa que existe é que se

tem de fazer mais delas. Então, é o que eu digo: cada vez que a presença das Forças Armadas se faz sentir, há uma demanda para aumentar. Acho que Sinop deve ter algo a ver com isso, mas, com a permissão do Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

**O SR. CELSO AMORIM** – Eu pediria ao General Enzo que desse um esclarecimento adicional.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra o Comandante do Exército, o General Enzo Peri.

**O SR. ENZO MARTINS PERI** – Pois não.

Sr. Presidente, Sr. Senador Aloysio, com relação ao nortão do Mato Grosso, efetivamente, ao longo da BR-163, nós não temos presença ali – praticamente no Mato Grosso. Isso está contemplado dentro do nosso plano de rearticulação do Exército. Até quando fomos à Operação Arco Verde, visitamos a área que, em Sinop, já nos reservaram. Agora, nesta semana inclusive, eu autorizei e vamos receber da prefeitura a área para estabelecer ali não só a vila militar como o quartel. Então, o local já está estabelecido para um batalhão, que deverá – não há ainda previsão, porque vai depender de recursos – ser em Sinop. Então, a presença no nortão começa em Sinop.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex<sup>a</sup>, o General de Exército Peri, Comandante do Exército.

Agora, passo a palavra ao Almirante de Esquadra Wiemer, Chefe do Estado-Maior da Armada.

**O SR. FERNANDO EDUARDO STUDART WIEMER** – Apenas para agregar uma informação em relação à Marinha, diretamente relacionada à Sinop. Dentro da reestruturação da segurança do tráfego aquaviário, está prevista, até 2014, a implementação de uma delegacia da capitania dos portos. Em Sinop, especificamente, já temos inclusive a área alocada para a construção. Dentro da previsão, das prioridades e da alocação de recursos, deverá estar implementada até 2014.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex<sup>a</sup>, o Almirante de Esquadra Wiemer, Chefe do Estado-Maior da Armada.

Retorno a palavra a S. Ex<sup>a</sup>, Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**O SR. CELSO AMORIM** – Senador Aloysio Nunes, dito isso, primeiro, espero que isso não afete a qualidade do choro, porque o choro não é sempre um lamento. Espero que não seja afetado. De qualquer maneira, como se vê, as preocupações da sociedade estão encontrando reflexo. A Defesa, sim, tem competência – claro que os detalhes têm de ficar com cada força – e a Defesa, sim, tem interesse.

Eu queria até mencionar algo, *en passant*, na mesma linha das carências. Eu acho que a importância da Operação Ágata 4 vai nos ajudar a determinar precisamente como e quando – talvez o Exército até já saiba. Por exemplo, quando estive no Comando Militar da Amazônia, há pouco tempo, numa exposição feita, eu observei que o Brasil tem 16.700 quilômetros de fronteira. É muita coisa. Eu tenho a impressão de que só dois países no mundo têm mais fronteiras que o Brasil, que são China e Rússia. É muita coisa. Mas há um trecho ali – o Exército tem procurado aumentar a presença e as outras forças também, mas, no caso específico, os pelotões, como essa exposição foi desenhada – que tem quase mil quilômetros,

sem nenhuma presença permanente. É claro que o Exército vai lá, patrulha etc. Eu acho que temos de atuar mais. Agora, tudo isso – é claro que alguma coisa pode ser feita com deslocamento de forças de uma área para outra, como tem sido feito, aliás – vai envolver, a médio prazo, também recursos. Às vezes, há até um preconceito contra custeio, pessoal, mas isso também é custeio, também é pessoal que teremos de ter lá. Era só para complementar.

Senador Requião, eu tenho muito interesse na história. Não sou um historiador, mas já tive várias passagens pela área cultural e diria que o que V. Ex<sup>a</sup> acaba de mencionar é de grande interesse.

Não sei se o comandante já tem, agora, aqui, alguma informação, mas seria muito interessante que, talvez com tempo, eu veja com o departamento encarregado de educação, ensino e cultura do Exército, que, aliás, estou pretendendo visitar em breve, com maior profundidade, e possa dar uma resposta adequada a V. Ex<sup>a</sup>.

Mas quero, até *en passant*, aproveitando a ocasião – não sei se, aqui, agora, tem algum Senador de Pernambuco – estive há pouco tempo também, como disse, no Comando Militar do Nordeste e fui visitar, a convite do General Enzo e do General Comandante Militar do Nordeste, o local onde se verificou a Batalha de Guararapes, algo extremamente importante, que é considerado pelo Exército como o berço do nosso Exército e de alguma maneira até berço da nacionalidade brasileira, sob muitos aspectos. Pelo menos me lembro, nos meus velhos livros de escola, que havia até a questão das três raças, primeira vez lutando juntas etc. E é um local muito interessante, ainda tem uma área verde grande, relativamente grande, mas é modesto, é muito modesto o local.

Perdão?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR) – Existe um marco?

**O SR. CELSO AMORIM** – Existe um marco do local, existe um mirante, existe uma igreja bonita que fica num outro monte, mas eu acho que aquilo poderia merecer, estou mencionando aqui, mas os senhores também podem ajudar, numa ação conjunta do Estado, do Ministério da Cultura, da empresa privada, uma valorização, já que se trata de um local tão vital para a história do Brasil, que é cultuado e que o Exército mantém ali. Mas não é o polo turístico, turístico no sentido cívico, que deveria ser, como pode ser também esse que o Senador Requião mencionou.

Então faço apenas essa observação *en passant*, e vamos...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR) – No caso de Catanduvas, o espaço do cemitério já foi recuperado pelo Governo do Estado, o memorial está construído; agora, os objetos encontrados ao longo dos anos, nessa área, pela população, já foram coletados e farão parte do museu. E o Ministério da Cultura, a partir de uma reunião que fizemos há dois ou três dias, se comprometeu também a investir no processo. Agora, acho importante que o Exército participasse, e acredito que já esteja participando, em função do que isso significa para a memória do País, do próprio Exército e das Forças Armadas brasileiras.

**O SR. CELSO AMORIM** – Estou de pleno acordo, Senador.

Então, vamos, com o General Enzo, falar com o Diretor de Ensino e Cultura, General Montezano, General de quatro estrelas também que se ocupa disso, para que até possa visitar a região, e, quem sabe, no futuro, nós mesmos também possamos ir lá prestar nossa homenagem a um sítio importante da história do Brasil.

Com relação à remuneração, em primeiro lugar, quero me colocar totalmente à disposição, se houver um requerimento de informação, para darmos todos os dados. Tenho até dados aqui, mas também sempre fico na dúvida se os dados incluem outros... Acho que não, mas, enfim, sempre tem um pouquinho de dúvida, então eu preferiria responder a uma informação por escrito.

Mas posso dizer...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR) – E a intenção, Ministro, não é fazer um revolução disso, mas trazer a claro as informações para que as providências possam ser tomadas.

**O SR. CELSO AMORIM** – Exatamente, eu compreendo. E por isso mesmo que é importante talvez até uma informação escrita que possa servir de base depois para uma discussão na audiência pública.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR) – Exatamente.

**O SR. CELSO AMORIM** – Mas queria mencionar algo que já levei ao conhecimento da Presidenta, de outras autoridades, que é a defasagem que existiu entre os reajustes, digamos, com os dados de que disponho. Também sempre fico um pouco na dúvida, porque outros podem ter outros dados. Mas, pelos dados de que disponho, de todas as carreiras de Estado, os reajustes que ocorreram, de 2002 a 2010, o menor foi nas Forças Armadas. O menor foi nas Forças Armadas! Então, realmente, há algo...

Há outras comparações também, digamos, do Estado atual, que é uma coisa relativa, quer dizer, em relação ao tempo, e há também estadual, que levam a conclusões muito semelhantes e à existência de vencimentos muito baixos. Mas, enfim, eu diria que, de todas as carreiras, Receita Federal, Banco Central, diplomacia, grupo gestão, AGU, Procuradoria, Polícia Federal, o das Forças Armadas foi o mais baixo, o mais baixo. Então, realmente, há necessidade de uma... e a Presidenta Dilma sabe disso, e estamos vendo quando e como se pode fazer, de acordo com todas as outras prioridades que conhecemos.

Bem, com relação ao Senador Luiz Henrique, orgulho-me muito de ter sido um dos participantes sob a direção do então Ministro da Ciência e Tecnologia Luiz Henrique, do seu antecessor, Renato Archer, da articulação que permitiu esse que, como bem disse o Senador, seguramente era, não sei se ainda é, o maior projeto de cooperação entre dois países em desenvolvimento numa área científica de ponta, que é Cyber, o Satélite sino-brasileiro, que agora, creio, já está na quarta versão.

E, ao longo dos anos, tive também, por funções várias que ocupei, a honra de sempre ativar para que o projeto continuasse.

Com relação ao satélite geoestacionário, nós estamos numa fase bem avançada já, digamos, do que é necessário. Quero frisar que isso não é coordenado pelo Ministério da Defesa. Quem coordena é o Ministério das Comunicações. Há uma empresa conjunta, não saberia dizer se já está constituído ou não, que está sendo feita entre a Telebrás e a Embraer, para ser, digamos... Pela primeira vez, nós temos uma empresa nacional que vai ser a integradora, vai coordenar o projeto. Claro que muita coisa nessa fase, como conhece o ex-ministro da Ciência e Tecnologia, terá que ser importada, mas muita coisa poderá ser fabricada no Brasil. Mas esse é o primeiro passo para que possamos fabricar também satélites de telecomunicações no Brasil.

A Defesa, sim, está muito interessada, está participando. Deverá ter um membro no Conselho dessa empresa que se está formando, porque nós seremos um dos principais usuários, e um dos usuários mais sensíveis, digamos assim.

Como sabem também, hoje em dia, é um satélite operado por uma multinacional, uma empresa estrangeira, e os nossos dados de defesa todos eles passam por aí. Se houver uma pane, por outras razões, por razões econômicas ou o que for, nós poderemos ser privados de dados essenciais à nossa defesa. Mas está em fase bastante avançada, acho que há certamente intenção de que até o final de 2014 esse satélite seja lançado dentro desse formato que acabei de definir.

Vou pedir depois, aos meus assessores, informações mais precisas que terei muito prazer de enviar ao Senador sobre o estágio, se a empresa já foi constituída, o que falta. Mas está bem avançado. As licitações já começaram a ser feitas. Enfim, haverá uma empresa nacional, mas provavelmente haverá não licitações, mas encomendas que têm que ser feitas de peças variadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito a S. Ex<sup>a</sup> o Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa.

Perguntaria a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Luiz Henrique se está satisfeito com a resposta oferecida.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Plenamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado.

Passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Sérgio Souza, e, em seguida, a S. Ex<sup>a</sup> a Senadora Vanessa Grazziotin.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador Celso Amorim, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, o Estado do Paraná, na cidade de São Miguel do Iguaçu, sedia um importante projeto na área da defesa do Brasil, que é o Projeto VANT, Veículo Aéreo não Tripulado, cuja função seria fiscalizar a tríplice fronteira.

Recentemente, não tão recente, mas, ano passado, estive com V. Ex<sup>a</sup> (intervenção fora do microfone)... São Miguel do Iguaçu próximo a Foz do Iguaçu, fronteira entre Paraguai, Argentina e Brasil.

No dia 15 de setembro, estivemos com V. Ex<sup>a</sup> no Cindacta II, em Curitiba, momento em que V. Ex<sup>a</sup> conhecia o Projeto Sagitário, que é o *software* que vai gerenciar o tráfego aéreo no Brasil, pegando todo o território nacional, inclusive, para extirpar qualquer polêmica, como aquele acidente que ocorreu naquele momento com a Gol e o Legacy, dizendo que haveria um vácuo de cobertura naquela região.

O que me traz a indagá-lo é sobre o Projeto VANT. Recentemente, o jornal de maior importância do meu Estado, o *Gazeta do Povo*, trouxe uma notícia, agora no mês de março, dizendo que esse projeto, ao custo de US\$50 milhões, estaria ainda no chão, essa aeronave. E nós conhecemos lá, inclusive um vídeo no Cindacta II mostrando a importância dessa aeronave não tripulada para a fiscalização e para a vigilância, porque é um radar que vem de cima para baixo, e os radares normalmente são de baixo para cima. Então, para fiscalizar a abrangência da atividade terrestre ou das aeronaves que voam mais baixo que vêm trazendo armas, drogas, e assim por diante, que é algo que impacta diretamente no dia a dia da nossa sociedade. E Curitiba é um corredor do tráfico de drogas e de armas porque é a passagem para São Paulo e Rio de Janeiro.

Então, em qualquer ação que se faz no Rio, de unidades pacificadoras, há uma migração natural a São Paulo. São Paulo também tem uma ação muito forte no que diz respeito à segurança pública, à redução da mortalidade por homicídio, e aí Curitiba está no meio desse caminho, com um aumento considerável da criminalidade. E está muito vinculado à questão da tríplice fronteira e do tráfico de drogas e armas que por ali entram.

E nós sabemos que temos um facilitador nessa região que é o lago de Itaipu, um dos maiores lagos artificiais do mundo, que possibilita a entrada e saída. E acaba trazendo até mesmo uma insegurança à população rural. O cidadão que não estava acostumado com esse tipo de atividade acaba refém da criminalidade por conta dessa situação geográfica na região. E, lógico, nós sabemos que a entrada de armas e drogas por essas regiões é muito facilitada.

Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: como estaria essa questão do Projeto VANT? A notícia que temos é de que, por falta de recursos financeiros, essas aeronaves que foram compradas, que estão lá, prontas para serem operadas, inclusive com os pilotos já treinados, estariam só dependendo de recursos financeiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Sérgio Souza.

Eu gostaria de registrar, entre nós, a presença de S. Ex<sup>a</sup> o Deputado Nelson Marquezelli, que está aqui ao nosso lado e que veio presenciar a audiência pública da reunião de hoje.

Passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> a Sr<sup>a</sup> Senadora Vanessa Graziottin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PC do B – AM) – Muito obrigada, Presidente Collor. Quero cumprimentar nosso querido Ministro da Defesa, Ministro Celso Amorim, que foi – ousado dizer – um grande Ministro das Relações Exteriores, não tenho dúvida nenhuma, está sendo um grande Ministro da Defesa, principalmente pela lógica que move todas as ações do Ministro, seja no Ministério das Relações Exteriores como na defesa; a lógica da defesa da soberania brasileira e da inserção soberana do País no mundo inteiro. E com um viés mais importante ainda, que isso tudo nós só conseguiremos com um efetivo desenvolvimento social. Porque se de fato eu penso que seria um grande erro, porque vivemos num país pobre, num país de muitas carências, entender que todos os recursos devam ser dirigidos para as áreas sociais e esquecer da defesa, como isso é um erro, também seria um erro da defesa achar que não precisa de uma sociedade desenvolvida socialmente para poder fazer com que sua política se efetive de forma mais concreta.

Então quero cumprimentar, Ministro Celso, V. Ex<sup>a</sup> e cumprimentar todos os comandantes que aqui estão. Os Comandantes da Marinha, da Aeronáutica, do Exército que também contribuem muito com o nosso País.

O senhor acabou de ouvir uma pergunta que vem lá do Sul. Agora vou fazer uma que vem lá do Norte. Isso é o Senado. A Câmara é assim, mas o Senado é mais, Deputado Marquezelli. Enfim, não pude ouvir toda a sua explanação, mas não poderia perder essa oportunidade para ouvir diretamente do senhor, Ministro, quais as suas impressões sobre todos os programas de defesa que temos em relação à Amazônia.

Eu sei que a Amazônia se insere numa série de programas nacionais, mais gerais, de defesa de fronteira. Especificamente para a Amazônia, porque, de algumas décadas para cá, entendeu-se que o perigo não vinha mais do sul, vinha do norte. Então, começou um movimento de transferência ou de reforço da presença militar brasileira na região Norte.

Pergunto: o senhor acha suficiente o que temos ou as medidas de reforço que vêm sendo adotadas têm sido suficientes? O que precisaríamos fazer para melhorar a presença da defesa da região Amazônica? E o que o senhor consideraria prioridade para a região?

E outra questão diz respeito à integração do Brasil no nosso Continente, principalmente perante os países amazônicos, porque o senhor trabalhou muito, o País trabalha muito o reforço de toda a política de integração, principalmente uma integração entre os vizinhos, entre os iguais. A partir da consolidação dessa integração, vamos partir para outras mais arrojadas. Nós temos, – e acho que foi da sua época – o Tratado de Cooperação Amazônico – é de 1978, é verdade, é mais antigo, porque houve várias reorganizações e refundações – acho que é o organismo que mais refundação tem, esse tratado. E tenho debatido muito com eles, e esses tratados se efetivam quando os acordos são concretos, são vivos. Por exemplo, uma das características da região é o grande potencial de água, mais de 50% de todo o Planeta, e nós não temos uma integração ainda regional no que diz respeito aos recursos da água.

Estávamos eu e o Senador Sérgio em um debate importante, ontem, sobre o tema.

Mas saio dessa área e entro na área de defesa. Como o senhor vê a integração no âmbito da defesa dos países vizinhos, principalmente os amazônicos. Eu não sei, não sou uma grande estudiosa disso, Ministro, mas acho que há um país que temos um problema de divergências de concepções, Colômbia. Os demais, acho que têm políticas muito parecidas conosco, muito parecidas. Mesmo com a Colômbia que faz parte do Plano Colômbia, que o Brasil nunca aceitou participar dele, e de forma correta na minha opinião. Desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o País nunca se submeteu a esse Plano concebido pelos norteamericanos. Mas mesmo acordos bilaterais existem.

Gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso, o que o senhor acha necessário e suficiente.

E gostaria que falasse também sobre a transferência dos caças, aviões-radares, porque logo que chegaram com o projeto Sivam, Senador Collor, estive com a Aeronáutica em uma visita a Anápolis: todos os aviões, todos, do Sivam, na época, estavam bem aqui, em Anápolis. E naquela época questionávamos, se não era de lá, por que teriam que ficar aqui? “Ah, é por causa do clima.” Então, está errado. O errado não é o clima, o errado é o avião. É para uma região e não pode ficar lá. Agora, eles estão sendo transferidos. Quero que o senhor confirme isso.

No vale do Juruá, tem um aeroporto muito importante, Ministro, lá tem espaço, faltam chegar só às aeronaves, mas já está tudo sendo construído.

E, para concluir, Ministro, gostaria que o senhor falasse sobre isso. Temos aqui o Ministério da Aeronáutica, porque falar em defesa sem falar em aeródromo para a região Amazônica é algo que não compreendo. E nós temos a maioria dos Municípios do meu Estado e de outros sem aeródromos homologados.

Como a Defesa poderia entrar nisso também nos ajudando?

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex<sup>a</sup> a Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, cumprimento o prezado Ministro Celso Amorim; o Comandante Enzo Martins Peri; o Brigadeiro Juniti Saito; o General José Carlos De Nardi, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; o Almirante Fernando Wiermer; e o nosso Deputado José Genoino, que, hoje, é assessor do Ministro Celso Amorim.

Ministro Celso Amorim, eu estava com a necessidade de estar presente na reunião final da CPI do Ecad e, por isso, não pude assistir a toda a sua exposição.

Acompanhei as notícias dos últimos tempos relativas a um potencial conflito no Oriente Médio entre Israel e Irã. Às vezes, há ameaças de um lado e do outro. Por outro lado, o Brasil, em tempo recente, procurou colaborar com o entendimento, que culminou com a Declaração de Teerã, com a cooperação da Turquia.

A capacidade e a vocação do Brasil de dialogar com povos de todo o mundo – e somos um País onde pessoas de todas as origens têm se dado muito bem, construindo entendimentos – acabam repercutindo sobre o relacionamento com nações com as quais temos amizade. É o que procura o Brasil realizar. Essa tem sido a tradição do Itamaraty mesmo com nações onde, por vezes, há conflitos potenciais, como é o caso presente.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> se puder nos dizer em que medida – por vezes, estão ameaçando um e outro até mesmo com lançamento de armas nucleares, o que poderia representar para a humanidade o início de um conflito de graves proporções – o Brasil, de alguma forma, por meio do Ministério de Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, tem procurado colaborar para que não haja esse conflito e para que, ao contrário, possa haver um melhor entendimento, inclusive, entre as grandes potências, como os Estados Unidos e os países da União Europeia, que têm tido grande interesse também na paz mundial.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa.

**O SR. CELSO AMORIM** – Com relação à pergunta do Senador Sérgio Souza, infelizmente, não tenho dados específicos de orçamento do que está ocorrendo neste ano. Não sei se, aqui, o Comando da Aeronáutica os teria. Mas se o Comando não os tiver, eu me prontifico a fazê-los chegar aqui.

A produção de VANT, sim, continua sendo uma prioridade do Governo brasileiro. Aliás, isso é trabalhado pelas três Forças, sobretudo pela Força Aérea. Até para ilustrar um pouco para V. Ex<sup>a</sup> essa prioridade, devo dizer que nós não só... Há pouco tempo, fiz uma reunião, até para me informar um pouco mais a respeito do assunto. Há vários tipos de VANT. Há VANT que são do Exército. Na própria Marinha, os fuzileiros usam VANT de menor porte. E há os VANT de mais longo alcance, que, normalmente, devem ficar com a Força Aérea. Foi feita uma exposição pelo Brigadeiro Saito, junto com seus auxiliares, e pude ter uma ideia de como as coisas estão evoluindo. O programa continua sendo muito prioritário. Não há dúvida a esse respeito.

Com relação aos primeiros VANT que foram comprados. Naquele momento ainda estavam num período de testes, mas, ainda assim, não sei se um ou dois deles foram usados na Operação Ágata, justamente a operação que cobria a área do Paraná, Foz do Iguaçu.

Então, não há absolutamente um abandono; pelo contrário, há muita ênfase, não só pelas missões de vigilância contra o contrabando e o crime organizado, mas porque é um instrumento fundamental para defesa, hoje me dia. Não há dúvida, nós vemos, por exemplo, uma progressiva – muito longe de que isso vá ocorrer de maneira total – ênfase em veículos não tripulados, como complemento e não como substituto aos aviões de caça ou outros aviões de combate.

Então, eu posso assegurar – não tenho número aqui comigo, talvez o Comandante da Aeronáutica tenha –, há vários projetos correndo, mas o principal é na Aeronáutica, e há, inclusive, participação de empresas privadas brasileiras também, tanto do lado da Embraer, como do lado da Avibrás.

Eu acho que o que nós temos aí nessa área, falando de uma maneira um pouco impressionista, vamos dizer, é talvez como fazer convergir esses projetos para um projeto único ou um número relativamente manejável de projetos. Não aqueles que correspondem a especificidades diferentes, mas a Embraer tem um projeto, a Avibrás tem um projeto, o CTA desenvolveu com uma delas um projeto, mas não há absolutamente... não só para demonstrar esse interesse, o Brasil propôs no Conselho do Conselho de Defesa Sulamericano (CDS) que o VANT seja um dos produtos para os quais se procura utilizar a base industrial de defesa da América do Sul. Claro que aí nós temos que ter a participação de outros países também, temos que ver como conciliamos interesses específicos com outros.

Há um grande interesse e isso será perseguido. E no caso, inclusive, com a produção nacional, crescentemente produção nacional e, eventualmente, alguma tecnologia importada, porque as coisas são assim, mas com crescente absorção da tecnologia para que possamos nos tornar autônomos nesse terreno.

A única coisa que não tenho agora é o dado orçamentário. Não sei se o Brigadeiro, talvez ele tenha. Se ele não tiver, lhe mandarei depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não, Sr. Ministro Celso Amorim.

Tenho a satisfação de passar a palavra ao Comandante da Força Aérea Brasileira, Brigadeiro Saito.

**O SR. JUNITI SAITO** – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Sérgio, eu entendi a pergunta do Senador como sendo VANT da Polícia Federal, que opera ali na região de Foz de Iguaçu. Eles compraram da VANT da IAI, uma empresa israelense e estão operando lá em conjunto com o nosso Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro. E por que em conjunto? Porque nós precisamos ainda estabelecer regras de operação desses engenhos.

Então, quando a Polícia Federal deseja operar o VANT, a gente seleciona uma faixa do espaço aéreo para que eles possam operar. Inclusive, a própria ICAL ainda não tem uma definição sobre como controlar esses engenhos.

Agora, falando em desenvolvimento, nós estávamos desenvolvendo, junto com a Avibrás, em CTA, um VANT nacional, mas, na nossa visão, com uma tecnologia muito defasada. Então, na hora em que pudéssemos desenvolver essa tecnologia, a gente já estaria com esse VANT completamente defasado.

Então, nós adquirimos VANT da Elbit, através da Aeroeletrônica, uma empresa brasileira de capital... uma subsidiária que hoje a Embraer tem ações nessa empresa, para formar uma

doutrina de emprego – porque nós não conhecíamos como operar esse equipamento. Isso já faz um ano e meio e estamos já bastante sedimentados em termos de doutrina de emprego do VANT.

E houve, no ano passado, um *joint venture* entre a Embraer e a AEL Sistemas, que é essa empresa de 51% de capital da Embraer e 49% da AEL Sistemas para fabricar VANT no Brasil.

Hoje o Estado Maior está definindo qual seria o cronograma de fabricação desse VANT. Naturalmente, com transferência de tecnologia da Elbit para o País.

De maneira que não está parado o processo. Está continuando. Nós temos tirado dos nossos recursos para esse desenvolvimento e para a compra. Logo mais, até o final do ano, nós teremos um cronograma de como fabricar isso. Naturalmente, o pessoal tem conversado tanto com o Exército quanto com a Marinha, porque as três Forças estão interessadas nesse programa.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex<sup>a</sup> o Comandante da Aeronáutica, Comandante Saito, e devolvo a palavra...

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, é só um adendo às minhas indagações.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não. Com licença, Sr. Embaixador.

S. Ex<sup>a</sup> o Senador Sérgio Souza.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Eu vi aqui o Comandante da Marinha e isso me lembrou, olhando inclusive o globo terrestre, que está atrás de V. Ex<sup>as</sup>, a questão da Antártica; as operações da Marinha, na Antártica, face ao advento ocorrido recentemente pelo incêndio.

Queria saber se o Ministro ou o Comandante poderia nos dizer como estão sendo operacionalizadas essas futuras operações na Antártica.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra o Sr. Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim.

**O SR. CELSO AMORIM** – Bem, a questão da Antártica foi objeto, digamos assim, de uma ação imediata do Governo Federal, inclusive com alocação de, creio, R\$41 milhões ou R\$42 milhões extraordinários para atender a várias necessidades ligadas ao acidente. Primeiro, digamos, ainda a remoção de tudo o que pudesse ser danoso ao meio ambiente do local. Em paralelo com o acidente, tinha havido o afundamento de uma chata que levava combustível, que também teve que ser trazida à tona e, portanto, o combustível ser salvo.

Bom, isso é só para descrever para que os R\$41 milhões estão sendo usados. Eles vão ser usados também para a construção de instalações provisórias e limitadas e, ao mesmo tempo, para o projeto de uma nova Estação Antártica.

Hoje, neste momento, está tomando posse o secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, que é o almirante que se ocupa diretamente desse tema. Então, não tive ainda ocasião de voltar a falar com ele, mas as informações que tenho mais recentes são da minha última vinda ao Congresso. Se não me engano, foi uma sessão até conjunta, mas foi na

Câmara. E, naquele momento, os R\$41 milhões estavam sendo liberados. Eu não saberia dizer quanto já foi, quanto já se usou, mas isso vai ser gasto ao longo do tempo, até porque um primeiro projeto tem que ser feito e, depois, um projeto executivo de uma nova estação com uma nova concepção. Essa é a ideia predominante hoje. Não é apenas reconstruir o que havia.

Em paralelo, existem também dois ou três outros fatos que eu queria mencionar. Primeiro que as pesquisas não vão parar, porque os nossos navios antárticos – oceanográficos, mas antárticos – irão à região. Eles agora se retiraram, por causa do inverno, mas eles estarão presentes na região. De modo que a partir de outubro ou novembro – novembro, creio –, as pesquisas retornarão com base neles. Talvez não com a mesma intensidade.

Segundo, do ponto de vista logístico para o trabalho que será feito nesse meio tempo, até para atenção a essas instalações provisórias... Porque uma parte da estação vai poder continuar trabalhando, que é a parte meteorológica, algumas pesquisas, mas nós não teremos mais o apoio logístico. Então, nós obtivemos – eu não diria nem negociamos, porque eles cederam imediatamente – do governo chileno a possibilidade de utilização de um alojamento dentro da base Antártica que eles têm, Base Frei, onde ficarão quatro pessoas da Marinha, provavelmente um oficial e três suboficiais, penso eu, que poderão fazer esse trabalho logístico de apoio.

Outros países também nos têm oferecido apoio, inclusive a Argentina, mas nós também temos que, aos poucos, definir as necessidades específicas que nós teremos.

E completando o que está ocorrendo, também creio que isso está sendo definido aos poucos – e tudo em conjunto com a comunidade científica, porque há interesse deles –, como as pesquisas científicas podem continuar com apoio não só dos nossos navios, mas também de outros países, porque vários se ofereceram: Chile, Argentina, Peru, que também tem base Antártica menor, e alguns outros países de fora da região.

Então, isso tudo está continuando. O mais importante era essa remoção, eu não sei se se concluiu, eu não tenho essa última palavra para te dar, mas aí dos últimos – talvez, mais uma vez, eu tenho de me recorrer, aqui, ao conhecimento especializado, se me permitirem, do Chefe do Estado-Maior da Armada –, mas, de qualquer maneira, está em evolução, e é isso que está ocorrendo, com uma liberação muito rápida de um volume importante de recursos, que é para essa recuperação e para ao desenho do novo projeto. A construção de um novo projeto é algo que vai demandar um recurso maior. Mas isso será, provavelmente, lá mais para o fim do ano, ou para o início do ano que vem.

Se permitir um comentário do Wiemer...

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor.

Eu passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Almirante de Esquadra Wiemer, Chefe do Estado-Maior da Armada.

**O SR. FERNANDO EDUARDO STUDART WIEMER** – Com certeza o nosso Ministro Celso Amorim já domina os assuntos da nossa Antártica e da Estação Antártica Comandante Ferraz. Mas talvez eu possa aduzir pouca coisa. Especificamente, primeiro, na Base Chilena Frei está sendo mantido um Grupo-Base nosso, quatro militares, como o Ministro bem colocou, mas, mesmo durante esse período do inverno, este Grupo irá periodicamente, regularmente, sempre que as condições meteorológicas permitirem o pouso de helicóptero, verificar a integridade das instalações. Nós perdemos 70% do prédio principal. Mas nós não perdemos os abrigos antárticos que lá estão e não perdemos também alguns laboratórios que lá estão.

Então, este grupo vai e verifica primeiro a integridade, porque existe a nossa preocupação em relação ao meio ambiente, e a integridade da instalação que sofreu o incidente – ela foi selada esta instalação – e, depois, também a integridade, e a conservação, e a operação não só desses laboratórios como dos equipamentos que lá estão instalados durante o inverno. Para a parte posterior, ou seja, para o próximo verão antártico, que começa já a partir de outubro/novembro de 2012, esses recursos serão aplicados de modo que nós teremos não apenas os dois navios, que é o navio polar Almirante Maximiano, e basicamente com pesquisadores que darão continuidade às pesquisas – este ano, no Programa Antártico XXX, nós tivemos 18 pesquisas, efetivamente, conduzidas, que não foram perdidas, e teremos a continuidade das pesquisas do próximo ano –, e também com o navio de apoio oceanográfico Ary Rongel, navio este que vai fazer a parte logística que o Ministro se referiu, ou seja, a remoção da estrutura metálica que ainda não pôde ser efetivamente removida. E a Marinha não descarta a possibilidade de colocar um terceiro navio, nós estamos trabalhando para isso, para que não haja qualquer tipo de comprometimento das nossas pesquisas durante a Operação Antártica XXXI.

Se os senhores também me permitirem, apenas em relação à colocação feita pelo Senador Sérgio Souza, eu entendi perfeitamente a preocupação dele com o lago de Itaipu como um facilitador e como um corredor, é importante também acrescentar que a Marinha tem, não apenas no lago de Itaipu não apenas a Delegacia, a Agência da Capitania dos Portos de Guaíra como tem a de Foz do Iguaçu. E, no Paemb, Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil, está previsto uma nova Agência, que será em Santa Helena, que fica a meio caminho entre Guaíra e Foz do Iguaçu, de modo a melhor cobrir o lago de Itaipu. Isto está no Paemb no médio prazo.

Era isso que eu poderia aduzir, senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex<sup>a</sup>, o Almirante de Esquadra Wiemer, Chefe do Estado-Maior da Armada, pela sua intervenção.

Passo a palavra novamente ao Sr. Ministro de Estado da Defesa Celso Amorim.

**O SR. CELSO AMORIM** – Senadora Vanessa, em primeiro lugar, eu quero agradecer as suas palavras muito gentis. Creio que tem sido esse o sentido geral do trabalho que tenho procurado desenvolver, de defesa da soberania nacional, de maneira forte. E o fazia tanto no Itamaraty, quanto, agora, no Ministério da Defesa, em que, digamos, é preciso dar substância também a essa defesa.

Foi perguntado se o que existe na Amazônia é suficiente. Certamente, não é suficiente. Não sei se a Senadora já estava aqui quando mencionei, por exemplo – este é um exemplo –, que temos uma linha de fronteira em certo ponto, entre o que seria a fronteira da Venezuela, creio, com o Suriname. Não tenho certeza absoluta disso, mas, de qualquer maneira, em mil quilômetros, não há nenhum pelotão. Então, é preciso – e isto faz parte dos planos do Exército – aumentar o número de pelotões. Esse número já tem aumentado, mas isso vai seguir ocorrendo. É algo muito importante.

No que diz respeito a melhorar, eu mencionaria, entre outros aspectos, que há helicópteros e aviões estacionados na Amazônia, mas também há a melhoria de um equipamento muito importante na Amazônia, que são as lanchas fluviais. Inclusive, houve a aquisição de quatro lanchas novas. Já tinha havido alguma aquisição antes pelo próprio Exército e, seguramente, também pela Marinha. Já tive a oportunidade de ver as do Exército. Agora, foram adquiridas mais quatro lanchas, duas para a Marinha e duas para o Exército. São lanchas colombianas, lanchas blindadas.

Vi uma demonstração justamente em Manaus. Era, digamos assim, uma simulação de uma operação relativa a contraventores, a traficantes. Nessa simulação, pelas dimensões, o que eu pensei que era a lancha do Exército era, na realidade, a lancha dos traficantes. Então, era quase impossível detê-los.

Estamos trabalhando dentro desse plano. Eu queria até aproveitar a oportunidade para frisar...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – A Polícia Federal tem uma lancha blindada.

**O SR. CELSO AMORIM** – Bom, mas não posso falar pela Polícia Federal. Mas, no nosso papel, como isso envolve fronteiras e como essa tarefa relativa aos rios é também das Forças Armadas – no caso, da Marinha –, estamos procurando fortalecer essa capacidade.

Há uma coisa que eu gostaria de mencionar, que, talvez, não esteja tão relacionada à sua pergunta, mas que, penso, é de interesse geral: uma coisa que estamos fazendo hoje e que já estava prevista, mas que, na realidade, não tinha ocorrido é uma definição clara de um plano de articulação e de equipamento da Defesa, que, naturalmente, inclui e conjuga os planos de articulação de cada Força. Evidentemente, cada Força tem suas especificidades, mas é muito importante que essas especificidades estejam conjugadas, que o que a Marinha faz esteja combinado com o que o Exército faz, que o que o Exército faz esteja combinado com o que a Força Aérea faz. Por exemplo, é natural, voltando à questão do Vant, que cada um tenha seu tipo de Vant, mas dentro das suas especialidades. Não vão ficar as três Forças procurando ter a mesma coisa ou duplicando esforços. Essa é uma das tarefas importantes que a Defesa tem realizado.

Fizemos uma reunião muito importante no Rio de Janeiro, na Escola Superior de Guerra, com a presença dos Comandos, dos Chefes do Estado-Maior, para poder justamente aproximar esses planos. Estamos já numa fase avançada de preparação desse plano de articulação, em que a Amazônia vai, certamente, figurar de modo predominante, não só no que diz respeito a equipamento, mas também no que diz respeito a desdobramento de forças, porque, obviamente, em tese, é a área mais vulnerável do Brasil.

Volto a dizer: não temos problemas com nossos vizinhos, mas não posso excluir a possibilidade de que outra potência de fora da região, em alguma situação que não prevemos, não desejamos e não estamos antecipando no momento, venha a utilizar algum desses equipamentos para tentar alguma coisa contra nossos recursos. Essa tem sido a nossa visão.

Não me vou pronunciar muito sobre a cooperação dentro do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), mas isso é muito importante. Mas eu queria, sim, dizer que o que foi criado na União de Nações Sul-Americanas (Unasul), que é o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), também contribui muito para essa cooperação na área amazônica.

No momento, não tenho elementos específicos sobre o TCA. Talvez, o TCA tenha uma dimensão específica de defesa. Talvez, poderia ser uma duplicação desnecessária. Mas, sim, tem havido acordos bilaterais com Colômbia, com Venezuela; não há aí nenhuma preocupação de natureza se o governo é desse ou daquele lado, ou de qual partido. Desde que eles estejam imbuídos do mesmo objetivo de defender a América do Sul, respeitar as fronteiras e nacionalidades, nós vamos cooperar.

E temos cooperado. Recentemente, houve uma reunião no Comitê de Fronteiras com a Colômbia; estamos fazendo algo parecido com a Venezuela; existe até a ideia, um pouco na

linha do que talvez a Senadora pensasse, de fazer um comitê de fronteira trilateral envolvendo Brasil, Colômbia e Peru, por causa da área.

São coisas que às vezes não são fáceis, porque também nos outros países – no caso da Colômbia é diferente – também envolve mais de um ministério, mais de uma instituição, mas nós estamos procurando trabalhar nesse sentido.

Sobre sua pergunta específica sobre o ritmo de transferência dos aviões, eu vou mais uma vez ceder a palavra, com a concordância do Presidente, ao Comandante da Aeronáutica, porque ele pode dizer exatamente o que está ocorrendo. Eu tenho visto os aviões quando vou lá, tenho visto aviões supertucanos, tenho visto helicópteros, e das três Forças. No caso de Belém, são das três Forças.

Tenho visto muita presença, mas para ser mais específico o Comandante Saito possa falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com muita satisfação, passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Tenente Brigadeiro do Ar, Comandante da Força Aérea Brasileira Juniti Saito.

**O SR. JUNITI SAITO** – Sr. Presidente, obrigado.

Sr<sup>a</sup> Senadora Vanessa Grazziotin, eu entendo muito a preocupação da nossa Senadora, estando na região amazônica, Estado do Amazonas, mas a colocação do avião radar em Anápolis obedeceu a um critério bastante rigoroso. É uma aeronave que tem embarcado equipamentos muito sensíveis, que precisam de algum tipo de preservação. E a região de Anápolis é uma região muito seca.

Nem por isso a gente deixa de operar na Amazônia. Operamos constantemente na Amazônia. Agora, lá em Manaus nós já temos uma unidade de helicóptero, com *black rock*, com oito helicópteros. Temos lá Casa 295, tem 7 ou 8 Casa 295. Temos lá o 7<sup>o</sup> ETA, com bandeirantes e caravans – aliás Caravans e Brasília. E, agora, recentemente, no final de 2010, transferimos uma unidade de interceptação de alta *performance* com F5 lá.

Além disso, há previsão, nós já estamos implantando lá uma unidade de artilharia antiaérea. No Estado do Amazonas, nós temos São Gabriel da Cachoeira, que tem uma unidade de desdobramento. Estamos acabando de concluir outra pista em Iuaretê para também desdobramento.

Então, aos poucos nós estamos, digamos assim, investindo bastante naquela região. Além disso, nós temos uma Comissão, que a senhora conhece muito bem, de construção de aeroportos na Amazônia, que da década de 50 até os dias de hoje já recuperamos ou construímos mais de 150 pistas em toda região amazônica, considerando também o Estado do Pará etc.

Há um investimento muito grande em pistas, principalmente para atender ao nosso Exército, Pelotão de Fronteira e com equipamentos bastante modernos para construção de pistas. De maneira que hoje mesmo estamos lá construindo mais ou menos seis pistas naquela região – se não me engano. É uma região bastante inóspita. E por que a Força Aérea está construindo pistas lá? Porque as empresas privadas não conseguem sobreviver naquela região. Em muitos lugares nós só temos condições de trabalhar durante três meses. Ou é seca... porque todo insumo é transportado via balsa, nós temos uma frota de balsas até maior do que a da Marinha em Belém. Então, transportamos os insumos e, quando chega lá, começa a chover e não dá para construir.

Então, é uma região bastante inóspita e onde a Força Aérea tem atuado há mais de 50 anos, construindo pistas e melhorando as pistas que estão, digamos assim, deterioradas.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB - AL) - Muito obrigado a S. Ex<sup>a</sup> o Comandante da Marinha, Tenente-Brigadeiro do Ar, Saito.

Volto a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim.

**O SR. CELSO AMORIM** - Apenas, Senador, se me permite, não quero completar o detalhe, porque achei muito bem exposto, mas o compromisso com a Amazônia da parte da Defesa é absolutamente fundamental, por todas as razões que V. Ex<sup>a</sup> puder imaginar. Agora, isso é, realmente, um processo gradual. Tanto a Marinha quanto o Exército, quanto a Força Aérea, posso garantir a V. Ex<sup>a</sup>, vão todas aumentar sua presença na Amazônia nos próximos anos. Isso é absolutamente fundamental. Da mesma maneira que vamos aumentar, como já estamos aumentando, a cooperação com países da Amazônia, inclusive na área de produção. Eu mencionei as lanchas que estamos adquirindo, mas há também discussões já bem avançadas, no caso da Marinha, para a construção conjunta de um barco patrulha com a Colômbia. O Peru quer se associar ao projeto.

Então, essa noção, que falei de maneira meio geral da cooperação como melhor instrumento para o trabalho na América do Sul, no caso da Amazônia é também muito verdadeira e cada vez mais verdadeira. E sempre com total transparência com os nossos vizinhos, para evitar qualquer tipo de suspeita.

Bom, com relação ao comentário do Senador Eduardo Suplicy, eu acho que ele se dirigiu mais à minha figura como ex-Chanceler, talvez, do que como Ministro da Defesa. De modo que não vou entrar nos detalhes, até porque desconheço, mas eu posso dizer, como são assuntos que eu acompanho, que, evidentemente, embora haja uma grande preocupação... Aí estou dizendo o que eu conheço, digamos, o que a abertura de um contato com os Parlamentares exige.

Eu acho que, felizmente, a hipótese de um ataque tem diminuído. Tanto os contatos que tenho com pessoas quanto as informações que recebo parecem indicar que seria pouco provável. Agora, nunca se pode descartar de tudo. Seria, em minha opinião, um desastre absoluto.

Tenho também a informação de que, embora a nossa famosa Declaração de Teerã não tenha prosperado na época, há um trabalho sendo realizado agora pelos países - são cinco permanentes mais Alemanha - em contato com o Irã num clima positivo, que é mais ou menos na mesma linha - não é igual, porque o tempo passou, a aritmética mudou - daquilo que nós havíamos proposto. Embora a nossa mídia goste muito de falar da fracassada Declaração, alguma coisa fica, e está sendo usada. A única coisa que eu sei, que foi dita inclusive por uma alta autoridade iraniana, não para mim, mas cuja informação eu tive acesso, é que, se a Declaração tivesse sido aceita naquela época, Irã teria, provavelmente parado ou desacelerado o seu processo de enriquecimento a 20%. Então, houve um tempo que se perdeu, e isso gerou um acúmulo de material. Portanto, a discussão é mais complexa. Essa é a visão que eu tenho. Mais do que isso eu não posso dizer na minha capacidade atual.

Naturalmente, procuro me interessar, porque o Brasil, até a Defesa está presente na região, de certa maneira, nessa força da Unifil, que tem a ver com o Líbano, mas, obviamente, o que acontece na Síria certamente pode influir no Líbano, o que acontece no Irã ou com o Irã pode influir na Síria e no Líbano. Então, nós temos que acompanhar com interesse, até para poder saber onde podemos atuar adequadamente.

Essa é a visão que eu tenho no momento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado.

Com a palavra S. Ex<sup>a</sup> o Senador Anibal Diniz.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Presidente, Senador Collor.

Ministro Celso Amorim, sua presença aqui, na Comissão de Relações Exteriores, acho que é uma das provas do segundo aspecto abordado no final da sua exposição, que é justamente essa preocupação com a transparência e no sentido de discutir sempre qual é o plano estratégico e partilhá-lo com o Parlamento, no sentido de buscarmos, em conjunto, digamos, a solução para a superação dos nossos percalços.

Há uma infinidade de questões levantadas, e a gente gostaria de, pelo menos, pontuar algumas delas.

O senhor disse que nós temos o menor orçamento entre os BRICs, à exceção da África do Sul. Nós temos um orçamento de 1.5%, enquanto a média dos BRICs gira em torno de 2.4%, com uma complicação: que o nosso orçamento não é só para a defesa, é para a defesa, é para a atenção nas situações de emergência, para a segurança, inclusive, agora, tivemos uma situação de emergência, no Acre, com a alagação – e temos um agradecimento todo especial para com o Tenente-Brigadeiro Saito, por nos haver atendido com helicóptero, nós deu muita força lá. Isto tudo está no orçamento da defesa do Brasil.

Então, realmente, quando comparamos o nosso orçamento com os demais orçamentos, a gente fica sempre na desvantagem, porque o nosso orçamento, supostamente destinado à defesa, passa a ser um orçamento destinado a todas as políticas de atendimento a todas as Forças.

Daí a pergunta, dentro daquele espírito que o Senador Aloysio Nunes apontou em relação a nossa preocupação com o nosso companheiro Genóino sempre demonstrou em relação a como contribuir para que as nossas Forças Armadas verdadeiramente cumpram o seu papel de defesa, eu acho que a pergunta seria: se nós temos um orçamento de 1.5% do nosso PIB, qual seria, digamos, o orçamento ideal para que nós pudéssemos lutar e de alguma maneira contribuíssemos para que essa estratégia de defesa fosse plenamente atendida?

E aí entra outro fator da complicação. O senhor apontou que nós temos a maior costa atlântica do mundo, o Brasil. Quando viramos para o outro lado do mapa, nós temos também, senão a maior, mas uma das maiores fronteiras secas do mundo. E nesta fronteira seca entra a nossa querida Amazônia, que passa por muitos problemas, porque lá nos altos rios – Envira, Juruá, Tarauacá – nós temos o risco da invasão de madeireiros, e nós temos o tráfico de drogas – dois para apontar. O que significa isso? Significa uma ameaça permanente aos nossos índios isolados, que correm o risco de, a qualquer momento, serem dizimados, porque a gene não tem condição de dar-lhes proteção, e uma necessidade premente de novas bases para poder dar segurança ao Estado brasileiro.

Eu acredito que, nesse aspecto, o Estado do Acre reúne quase uma tese completa de estratégia de defesa. Por quê? Porque, primeiro, entrou o General Plácido de Castro para garantir, à força, aquele território para o Brasil. Depois entrou o Barão do Rio Branco, com o seu espírito diplomático, que conseguiu construir o Tratado de Petrópolis, que fez com que aquelas terras se tornassem definitivamente brasileiras.

De tal maneira que aí temos a complementação do que deve ser a nossa estratégia de defesa: trabalhar, digamos, com a nossa persuasão diplomática, mas não abrir mão da nossa condição de força para, no momento que se fizer necessário, podermos trabalhar com a presença da força, porque nem sempre só a diplomacia resolve.

Então, acho que, nesse sentido, temos, na conformação do Estado do Acre, na forma como ele foi incorporado ao Brasil, eu acho que um complemento muito ilustrativo, muito eloquente do quanto a estratégia da força tem de estar somada à diplomacia, para que possamos, digamos, manter o nosso espírito de relações exteriores, a nossa política diplomática, a nossa solidariedade entre os povos, como foi manifestada recentemente com os haitianos, que entraram lá, e pudemos dar o melhor acolhimento que se podia imaginar em termos de acolhida mesmo, e foi finalizada, graças a Deus, essa situação com a Presidenta Dilma e, com todos os ministérios se envolvendo, conseguimos uma boa solução.

Então, mesmo tempo em que temos essa preocupação da nossa diplomacia ser sempre aprofundada nas relações pacíficas, com absoluto respeito à soberania dos povos, não abrimos mão de ter uma estrutura de defesa que se impõe para sermos respeitados. Não se trata de necessidade de utilizar força, mas de, ao ter essa força, termos sempre o respeito de possíveis insurgentes, digamos assim, contra a soberania nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra o Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim.

**O SR. CELSO AMORIM** – Bem, Senador, eu apenas posso dizer que aprecio muito as suas palavras; de modo que grande parte do que foi dito é o que nós estamos procurando fazer; quer dizer, dar substância de força à nossa diplomacia, enfatizando, no caso da América do Sul, volto a dizer, o aspecto de cooperação, porque nós não nos sentimos ameaçados por nenhum país sul-americano, nem queremos que eles se sintam ameaçados por nós. E, por isso, a cooperação é a melhor. A melhor dissuasão, na realidade, é a cooperação, porque isso evita que qualquer governante possa, em algum momento, coisa que não tem ocorrido, mas possa ter alguma ideia diferente.

Mas, de qualquer maneira, falando em termos mais gerais da importância das Forças Armadas em várias ações, o que V. Ex<sup>a</sup> disse é absolutamente verdadeiro. É claro que quando se trata, por exemplo, de um desastre natural, aquela operação em si, nós recebemos, para ser transparente e claro como nós devemos ser, nós recebemos um reforço, normalmente via Ministério da Integração. O General de Nardi acompanha isso e sabe bem como é. Mas, dito isso, ainda que se receba o reforço para aquela operação, o caminhão que está sendo usado é do Exército, o avião que está sendo usado é da Aeronáutica, o barco que está sendo usado é da Marinha, as pessoas são pagas pelo Exército. Então, quando nós temos o dimensionamento do nosso equipamento e do nosso pessoal, isso que V. Ex<sup>a</sup> disse é absolutamente verdadeiro.

Eu até tive uma conversa interessante também com o Secretário de Defesa, nos Estados Unidos, porque eles têm lá a Força Nacional e têm outras instituições que, por exemplo, ajudam nas enchentes. Aqui, na realidade, em grande parte, as ações práticas em grande medida são levadas a cabo pelas Forças Armadas. Ainda que a gente receba algum recurso, esse recurso não paga tudo que a gente utiliza: os homens/hora que estão lá; os aviões/hora; os caminhões/hora. Não é isso. Ninguém faz um cálculo desses. Você faz aquilo que veio extra, porque realmente não havia recursos, não estava previsto o combustível para aquilo ou um equipamento muito específico que foi usado para aquela circunstância. Mas evidentemente o conjunto todo tem uma sobrecarga que extrapola a área da defesa. Eu já mencionei também todas as situações em que as Forças Armadas são chamadas a agir na garantia da lei e da ordem.

Então, eu concordo. Agora, para dar um número preciso de quanto deveria ser o nosso orçamento, é algo difícil de precisar. Primeiro, porque também seria um pouco leviano eu dizer: é tanto. Não fiz um cálculo exato. Mas eu acho que o que nós devíamos – e acho que aí tem que ser uma preocupação da sociedade, que tem que caminhar nesse sentido –, o que deveríamos ter é um crescimento paulatino para chegar a um número que seja próximo desses dos Brics.

O Brasil tem uma situação geoestratégica de certa maneira privilegiada por não ter nenhum conflito imediato. Isso é verdade, diferentemente de alguns dos Brics. Por outro lado, nós temos também uma quantidade, uma riqueza de recursos que podem nos tornar objeto de aventuras, de cobiças, de disputas até entre terceiros. Então, temos que estar muito bem preparados. Isso se aplica muito à Amazônia, evidentemente, se aplica muito ao pré-sal, mas se aplica também ao Sul do País, se aplica a todas as outras áreas.

E hoje, dizendo francamente, nós não temos – é algo que está sendo estudado no Exército também por nós diretamente – uma defesa antiaérea adequada. Quer dizer, não é só uma questão de defender a Amazônia ou o mar. São, digamos, as chamadas infraestruturas críticas que o Brasil tem, seja Itaipu, seja Angra I e II; enfim, o próprio submarino nuclear que nós vamos construir terá que ser protegido também adequadamente.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Ministro, permita-me?

**O SR. CELSO AMORIM** – Sim.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Além disso, nós somos parceiros da China...

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – S. Ex<sup>a</sup> o Senador Luiz Henrique, com a palavra.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – ... da Índia e da Rússia, que foi a segunda potência mundial até recentemente; a China que se prepara para ser a grande potência mundial; e a Índia que viveu conflito com a Rússia, com a China durante as últimas décadas; países que sempre tiveram uma preocupação militar muito grande, diferentemente do Brasil, como V. Ex<sup>a</sup> bem situou, que vive num espaço de plena harmonia internacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Luiz Henrique.

Ministro Celso Amorim.

**O SR. CELSO AMORIM** – Bem, então, concordando com o Senador, de plena harmonia, mas não podemos estar desatentos – creio que essa é a essência – às ameaças que podem vir de vários lugares, repito, não creio que dos nossos vizinhos, mas de uma maneira mais ampla.

Dos nossos vizinhos, do que nós mais temos de cuidar, até em cooperação com eles, é de ações do tipo de contrabandistas, de traficantes de drogas etc., salvo uma hipótese, que também no momento não vejo, e por isso o Conselho de Defesa Sul-Americano também é tão importante, assim como a Unasul, de algum deles ser utilizado por uma potência de fora. Acho essa hipótese cada vez mais remota. Acho que é muito importante, e queria até aproveitar e frisar esse aspecto aqui, aproveitando que estou com os Senadores e abusando um pouco do tempo, Presidente Collor...

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não, por favor.

**O SR. CELSO AMORIM** – É que a cooperação com os países da América do Sul não é um ato de bondade ou de generosidade. Pode ser também de solidariedade, mas é do nosso interesse. Eu, Brasil, digamos assim, não tenho nenhum interesse em que o país X, a superpotência X esteja cooperando com o país A da América do Sul e que a superpotência Y esteja cooperando com o país B da América do Sul, e ali gerando até uma pequenina guerra fria que vai nos afetar diretamente. O ideal é que nós possamos dar boa parte – não poderemos dar tudo, não temos ilusões – dessa cooperação. Então, isso é algo fundamental para que nós compreendamos que a nossa área de paz e cooperação é uma área mais ampla.

Mas, dito isso, nossa visão acho que é exatamente a mesma e, enfim, já não me recordo bem qual o ponto que eu estava querendo salientar, mas, de qualquer maneira, há essa necessidade, voltando à questão do orçamento, eu diria, de que é preciso ter consciência de que nós precisamos, progressivamente, atingir um nível próximo ao desses Brics, e com uma parcela crescente na área de investimento, mas não só investimento, porque eu costumo dizer que é muito frequente ouvirmos dizer que custeio é ruim, mas escola é custeio, segurança é custeio. Todas essas coisas também existem e são importantes. Manter um pelotão de fronteira é custeio. Então “Ah, custeio não vale”. Não. Muitas coisas exigem investimento, mas a presença física, por exemplo, de tropas num determinado lugar, tudo isso é custeio.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É um investimento.

**O SR. CELSO AMORIM** – É investimento no sentido conceitual, mas no sentido contábil entra como custeio. Então, é preciso ter noção disso.

Mas, enfim, volto a frisar esse ponto.

*(Intervenção fora do microfone)*

**O SR. CELSO AMORIM** – Como tem equipamento bom e equipamento ruim, também tem investimento...

Mas o que eu queria dizer é isso, trata-se de equipar, investir e dar condições de vida adequada e, aos poucos, também, ter os meios pessoais, profissionais adequados em lugares difíceis.

Muito foi falado aqui sobre a questão salarial. A mim, o que me impressiona muito também, sem deixar de mencionar os salários mais altos, que não são altos, como foi mencionado, e que estão mais ou menos nessa faixa que foi mesmo dita, é um capitão de um pelotão de fronteira, um tenente receber R\$4 mil, R\$5 mil e ter de lidar com problemas gravíssimos de crime. Então, isso é algo também muito importante que tem de se ter presente.

Não sei se o senhor está encerrando. Devo encerrar minhas palavras?

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu gostaria de fazer algumas considerações, se V. Ex<sup>a</sup> tiver terminado.

**O SR. CELSO AMORIM** – Da minha parte, eu queria agradecer, mas se V. Ex<sup>a</sup> tiver alguma pergunta, eu respondo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex<sup>a</sup> o Ministro Celso Amorim.

Eu gostaria apenas de fazer alguns comentários em relação ao que aqui já foi dito.

S. Ex<sup>a</sup> o Ministro Celso Amorim notou com muita clareza uma preocupação recorrente dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no que tange à questão de investimentos para que as Forças tornem-se cada vez mais operacionais e na questão do soldo, na questão da remuneração.

Na questão do orçamento das Forças, temos notado um esforço grande, tanto do Ministério da Defesa como também da Presidenta Dilma, de atender às demandas das Forças Armadas brasileiras. E é somente folhearmos o Orçamento no capítulo específico e verificaremos que tem havido, como, aliás, foi frisado pelo Ministro Celso Amorim, um aumento no repasse desses recursos.

No começo deste ano, por exemplo, houve um aumento substancial no repasse, se comparado com o mesmo período do ano anterior. Mas, acontece que, na medida em que o Brasil vai crescendo, em que o Brasil – como também disse o Ministro Celso Amorim – é alçado a essa condição de estar entre as cinco maiores economias do mundo, é claro que as nossas necessidades de defesa aumentam. E o Ministro começou a sua palestra, a sua exposição na Comissão falando sobre soberania. Eu acho que essa é uma palavra chave-chave, porque soberania é algo que nenhum sequer ousa discutir sobre o seu valor intrínseco para cada nação.

A soberania brasileira ou de qualquer outro país está, no meu entender, diretamente relacionada à capacidade operacional de suas Forças Armadas.

A nossa diplomacia é competente, extremamente competente, tida como uma das melhores do mundo, mas nós estamos agora em um estágio em que nós, para forçarmos os nossos tratos diplomáticos, nós precisamos ter uma força de dissuasão que seja visível para o resto do mundo.

Disse o Ministro que em relação ao nosso entorno, em alguns momentos, acontece aqui e acolá alguma inflamação, mas estas inflamações não são curadas com a nossa força de dissuasão, mas sim com a nossa capacidade de cooperação. Isso já aconteceu em relação ao Paraguai, em relação à Argentina é recorrente isso, em relação à Bolívia, em relação a um episódio que houve no Equador. Mas, enfim, é muito importante que, se nós não tenhamos essa dificuldade no nosso entorno, que nós saibamos que hoje o Brasil é detentor do maior aquífero do subsolo do mundo, além de ser um dos maiores detentores de água potável do mundo. Nós precisamos também ter consciência de que o Brasil, hoje, tem no pré-sal uma de suas maiores riquezas. E a despeito de todos os efeitos danosos que vêm causando a emanação do monóxido de carbono na nossa atmosfera, nós não podemos nos iludir de que será ainda com base no óleo que essa nossa civilização vai continuar sobrevivendo e o pré-sal aí está. É uma riqueza que precisa ser protegida. Há, inclusive, um projeto nas Forças Armadas com esse nome: Proteger; a proteção da nossa infraestrutura crítica. E esse é um projeto que custa dinheiro.

Nós temos outros projetos. E aí, falando em termos de orçamento, o que me preocupa um pouco, Sr. Ministro, é que dentro do orçamento das Forças Armadas vários desses projetos muito importantes estão incluídos. O valor é o mesmo.

No momento, por exemplo, que se queira investir mais num projeto que faz parte do orçamento global de uma das Forças, se retira recursos de outra área.

As Forças Armadas brasileiras – e o Ministro citou aqui vários desses projetos – têm o projeto submarino à propulsão nuclear; o projeto do FX-2; o do KC-390; o projeto do blindado Guarani; o projeto do satélite não estacionário, que está dependendo, ainda, da formação de uma espécie de *joint venture* entre a Telebrás e a Embraer, que é fundamental para garantir

também a nossa soberania, porque hoje o satélite de que nos utilizamos para fiscalizar a área territorial brasileira é um satélite alugado de um grupo mexicano. Está muito bem, mas tenho certeza de que todos nós haveremos de convir que há uma necessidade premente de que tenhamos nosso próprio satélite.

Isso sem falar no Sisfron, que tem essas duas iniciativas, o programa Ágata e o programa Sentinela, que dizem respeito a nossas fronteiras.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Dentro da linha da explanação de V. Ex<sup>a</sup>, de quais são os grandes eventos ligados às Forças Armadas que o Brasil está promovendo, recentemente, por ocasião da minha ida ao Fórum Mundial da Água, na cidade de Marselha, tive o privilégio de conhecer a fábrica da Eurocopter e o projeto pelo qual o Brasil está avançando largamente na produção de helicópteros, tanto para transporte de cargas quanto de frotas. Lá conheci alguns que estão sendo fabricados, parece-me que num projeto onde foram comprados 30 ou 40, não me lembro agora. Mas 10 deles estão sendo produzidos na Eurocopter, e os demais serão, com transferência de tecnologia, produzidos no Brasil, na Helibras. Eu queria apenas destacar também esse importante investimento do Governo brasileiro na área de defesa.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente. Esse é um investimento muito importante, de cooperação militar com a França, Ministro, tanto na área de helicóptero quanto com a própria Embraer, e agora reforçado por esse interesse americano também. Parece-me que foi assinado, na visita da Presidenta Dilma Rousseff, um ato de cooperação incluindo a Embraer e as forças armadas americanas. Ainda também não está bem explicado esse cancelamento súbito da compra de aviões da Embraer por parte do governo americano. Nós aguardamos que seja apenas uma decisão tomada em função de um processo eleitoral – espero eu, isso é impressão minha, tão-somente minha. Mas eu estimo que, passadas essas eleições, esse contrato seja reativado, até porque o próprio comandante das forças armadas americanas não havia sido informado do cancelamento desse contrato, algo inacreditável. O governo americano cancelou o contrato da compra desses aviões e, no dia seguinte, num dos principais jornais americanos, saiu uma entrevista do comandante da força aérea, dizendo: “Sou absolutamente contrário a essa decisão. Essa decisão não pode ser tomada”.

Voltando à questão do orçamento, temos, dentro dele, vários desses projetos. E não sei se não seria possível que nós destacássemos esses projetos do Orçamento global de modo a que ele não influa no resultado global da execução orçamentária de cada uma das Forças.

Temos o Prosub, o projeto do submarino a propulsão nuclear. Dentro de 10 anos, nós estimamos ter já esse submarino. É uma grande conquista do Ministério da Defesa, da Marinha brasileira, do Brasil, ter esse submarino a propulsão nuclear, que é imprescindível para reforçar a vigilância na nossa costa, sobretudo com essa questão do pré-sal, mas são projetos de muita relevância e que demandam recursos. Na medida em que esses recursos são demandados, eles são retirados daquele Orçamento Geral; então, a Força vai ter de apertar o cinto em algum outro lado.

Talvez, se pudéssemos estabelecer um orçamento em que houvesse, claro, a questão do custeio, a questão do investimento básico para manutenção operacional do que nós temos e

mais um para esses programas, o programa da revitalização da nossa frota, o programa da revitalização da nossa Marinha de Guerra, como antigamente se chamava, mas da nossa Marinha brasileira. Enfim, temos aí a nossa estratégia nacional de defesa, que é baseada nesses três pontos fundamentais: no ponto deles, o nuclear, que está sob a supervisão da Marinha, com o submarino; o espacial, com a Aeronáutica; e temos agora um fator novo, que é o elemento cibernético e que está, se não me engano, sob a coordenação do Exército brasileiro.

A questão cibernética, da guerra cibernética, de terrorismo, esse foi um dos temas das audiências públicas desta Comissão numa das segundas-feiras passadas, em que, Sr. Ministro, foram levantados diversos aspectos desses pontos e, conseqüentemente, levantadas algumas preocupações. É preciso que realmente se invista muito nessa área, porque, com base no conhecimento cibernético hoje, uma potência militar como os Estados Unidos podem ficar, de uma hora para outra, inoperante, porque se conseguirem acesso a um desses códigos – verificamos isso em alguns filmes, alguma coisa – isso pode acontecer. Isso pode acontecer. E o Brasil – nós acreditamos – deve estar preparado também para enfrentar isso que poderíamos chamar de ameaça cibernética.

Na questão dos grandes eventos que o Brasil irá sediar. Nós teremos, em junho, a Rio+20, que é a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que foi alcançado graças ao trabalho desenvolvido pelo então Chanceler Celso Amorim, que levou ao Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas o oferecimento do Brasil para sediar essa Conferência e, finalmente, no final de 2009, foi votado pela Assembleia Geral e nós aqui teremos essa grande Conferência. São esperadas mais de cem mil pessoas no Rio de Janeiro. O Brasil é um país pacífico que não tem inimigo e que não tem por que se preocupar, normalmente, com nenhum ataque terrorista. Mas, os nossos visitantes têm inimizades e esses ataques – Deus nos permita que não – poderão acontecer, porque não na Rio+20 especificamente, mas temos a Rio+20; temos, em 2013, a Copa das Confederações; temos a Reunião da Juventude Católica; temos, em 2014, a Copa do Mundo; temos, em 2016, as Olimpíadas. Vejamos quantas reuniões dessa magnitude o Brasil estará sediando e quantos países e chefes de estado de governo estaremos recebendo!

No momento em que há tanta animosidade no mundo, e o Brasil é uma ilha fora dessas animosidades, porque aqui é um território de paz, onde se construiu uma área de paz, em que não há questão atômica para ser discutida e tudo isso, preocupa-nos bastante e estou aqui, Sr. Ministro, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, refletindo apenas o que foi falado durante essa audiência a que me referi em que foram tratadas essas questões, por exemplo, como a de que o Pentágono já está considerando – considerando é fraco o termo – o Pentágono já determinou, já especificou, enfim, há outra expressão mais feliz do que essa, mas o Pentágono, nos Estados Unidos, já disse que qualquer ataque cibernético será considerado crime de guerra. Tal a gravidade que eles emprestam a essa possibilidade de um ataque cibernético, seja por um *hacker* americano, simplesmente, que queira brincar, enfim, e que acesse, por algum canal, um desses instrumentos essenciais para o acionamento da defesa norte-americana.

Houve também aqui, Sr. Ministro, em várias das reuniões que de nós participamos, preocupação em relação à Estação Comandante Ferraz, muito verbalizada por S. Ex<sup>a</sup> o Senador Sérgio Souza, por S. Ex<sup>a</sup> o Senador Cristovam Buarque, e ficamos felizes em saber que as providências estão sendo tomadas, porque é aquela figura do *uti possidetis*, no momento em que a gente sai durante algum tempo com a cobiça que o Brasil hoje desperta, a importância estratégica do nosso pé ali na região antártica. Nós ficamos felizes e satisfeitos de saber que a Marinha, sobretudo, a brasileira, por determinação de V. Ex<sup>a</sup>, seguindo orientação da Presidente Dilma, já está tomando as providências devidas para que seja rapidamente reconstruída aquela base.

De modo que, Ministro, seriam essas as considerações que eu faria após a sua explanação dizendo essa questão dos soldos dos militares.

Há um fato que ocorreu comigo durante o governo. Eu fui à Base Aérea de Santa Cruz voar em um F5 e, quando voltamos do voo, o comandante da base era um tenente coronel da Aeronáutica. E ele se encaminhou para o local, onde deveria trocar as vestimentas de piloto para trajes civis e, então, pediu permissão para falar. Eu disse: “Pois não, comandante”. Ele disse: “O senhor está vendo aqui, eu sou um tenente coronel da Aeronáutica, tenho a responsabilidade de manter essa base aérea assim como o senhor está vendo, organizada, a responsabilidade de manter essa esquadrilha toda aí pronta para ser acionada a qualquer momento, de ter os pilotos qualificados para isso. Isso aqui está sob a minha responsabilidade e, no entanto, o que eu recebo por mês é menos do que um funcionário de início de carreira do Poder Legislativo”. Um tenente coronel, Comandante da Base Aérea de Santa Cruz.

E isso eu já ouvia dos comandantes militares, essas preocupações. E, naquela época, qualquer aumento que se desse a um poder, teria que ser dado a todo o conjunto dos poderes. Então, resolvemos nos reunir, o presidente do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Secretariando a nossa reunião – uma reunião muito fechada, com o conhecimento apenas dos comandantes militares, dos ministros militares da época – o então Ministro da Justiça, que havia sido antes Presidente da Câmara dos Deputados e que havia saído do Supremo Tribunal Federal – tinha experiência, portanto, no campo legislativo, no campo judiciário e estava agora, naquele momento, exercendo a função de Ministro da Justiça. Ele estava secretariando a reunião dos chefes dos três poderes. Então, eu explanei a ele a situação e a minha solicitação foi no sentido de que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário nós não daríamos aumento e eu daria um aumento apenas para os militares, para corrigir – não era nem aumento –, faria a correção da distorção gritante que, àquela época, havia entre os soldos dos militares e dos outros funcionários, seja de carreira de Estado ou não.

E ficou tudo combinado, então, que faríamos assim. Apertamos as mãos, e sua última reunião foi realizada no Riocentro, por ocasião da Eco-92, quando avisei ao meu líder na Câmara, à época, que também estava acompanhando a evolução dessas conversações, que estava tudo resolvido. No dia seguinte, ou dois dias depois, ele me liga dizendo: “Olha, recebi aqui agora a mensagem do Judiciário com o aumento para o Poder Judiciário”. Falei: “Mas isso não é possível, isso já havia sido combinado!” Ligo para o Ministro da Justiça, e ele me disse que não foi aquilo que ele havia combinado e que ia falar com o Presidente do Supremo Tribunal Federal para saber o que houve, disse que, à noite, iria à casa dele perguntar. Logo à tarde, o Deputado líder do governo me ligou dizendo: “Olha, acaba de ser aprovado o aumento do Judiciário.” Rapidamente foi aprovado, e ele nada pôde fazer.

Veio a mim para ser sancionado, ou não. Eu, na presença do Ministro da Justiça, disse: “Não posso sancionar essa lei, tenho que vetar”. Ele olhou para mim e disse: “O senhor tem todos os motivos e todas as razões para fazer isso, só que recomendo que o senhor não o faça.” Falei: “Não posso agir de outra maneira, porque não posso perder a confiança de três comandantes militares, da família militar.” Isso que disse o Ministro Celso Amorim, fazendo apenas um parêntese, é a pura verdade: quando visitamos um desses pelotões de fronteira, é algo que nos emociona. Chegamos lá e vemos um tenente hasteando o pavilhão nacional, tendo, ao seu lado, sua esposa. Uma dessas visitas foi em Surucucu, e a esposa dele estava grávida, vivendo em uma situação inóspita, e ele, com absoluto orgulho, como se estivesse fazendo a coisa que mais lhe dava prazer na vida. Lá estava o nosso pelotão, lá estava hasteada a nossa bandeira.

Bom, eu disse que não podia fazer aquilo porque seria fugir à confiança que foi em mim depositada. Além do mais, “isso foi um equívoco gravíssimo por parte de alguém que descumpriu um acordo.” Os presidentes dos Três Poderes da República, reunidos, decidiram isso. E eu então disse: “Mas vou vetar, Ministro”. Ele disse “O senhor tem toda razão, todos os

motivos para fazer isso, mas eu recomendaria que o senhor não o fizesse.” Perguntei o porquê. Ele disse: “Eu recomendaria que o senhor não o fizesse.” Falei: “Ministro, me desculpe, mas vou vetar.” E vetei.

Então, essa questão do soldo dos militares, que tanto preocupa o Ministro Celso Amorim e preocupa a nós todos, é algo que precisa ser visto, ser revisto. Melhorou bastante, melhorou, melhorou, sem dúvida nenhuma, de 2003 para cá, do Governo do Presidente Lula para cá, quando tem havido melhoras. Mas é muito importante que possamos reconhecer o valor e o trabalho, muitas vezes, sem alarde, muitas vezes sem qualquer tipo de divulgação ou publicidade, mas que é realizado pelo Ministério da Defesa por intermédio dos comandos militares.

De modo, Sr. Ministro Celso Amorim, que é com muita satisfação e alegria que nós o recebemos mais uma vez aqui, na nossa Comissão.

Muito obrigado pela explanação que o senhor fez. Muito obrigado também pelo fato de V. Ex<sup>a</sup> ter dado a palavra aos Srs. Comandantes militares. Pela primeira vez na história deste Parlamento, em uma audiência pública, comandantes militares das três Forças estão falando e participando com abertura, transparência, como foi dito pela Senadora Vanessa e pelo Senador Aníbal, com tanta tranquilidade e normalidade total e absoluta.

Eu fico muito feliz de estar presidindo a reunião no dia de hoje, em função desse fato.

Desejo a V. Ex<sup>a</sup>, Ministro Celso Amorim, um continuado êxito nessa sua nova missão. Tenho certeza de que, conhecendo os dois lados, conhecendo a importância da diplomacia brasileira e conhecendo a importância da participação das nossas Forças Armadas, V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que diplomacia forte tem que ter como instrumento Forças Armadas operacionais e muito bem coordenadas.

De modo que agradeço a V. Ex<sup>a</sup> em nome de todos os colegas desta Comissão e deixo a V. Ex<sup>a</sup> as considerações finais que deseje fazer.

**O SR. CELSO AMORIM** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que, depois das suas palavras, não tenho nada a acrescentar, até realmente a omissão que eu tinha cometido, porque não havia mencionado e poderia parecer pouco prioritário, que é a parte de defesa cibernética, V. Ex<sup>a</sup> mencionou. Há recursos já, dentro das nossas capacidades relativamente distanciais, uns R\$80 milhões, mais ou menos, eu acho que é o que está no orçamento deste ano. Então, é também uma das prioridades e que vai nos capacitar, inclusive, a cooperar com outros países. Porque você não pode cooperar se você não tem nada a trocar, não é só receber. Aí você se coloca numa situação muito frágil.

Mas eu queria agradecer essa oportunidade, eu vejo isso como uma oportunidade para falar naturalmente com os Senadores, mas, por meio dos Senadores, também é uma maneira de nos comunicar com a sociedade brasileira.

Então, eu queria, realmente, agradecer a excelente oportunidade para um debate de muito alto nível, de grande interesse. Os pontos que ainda não estiverem claros nós vamos tratar de trabalhar e responder adequadamente, mas estarei sempre aqui à disposição do Senado e à disposição da Comissão que V. Ex<sup>a</sup> preside.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos e, em especial, de S. Ex<sup>a</sup> o Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa, pela importante contribuição aqui oferecida, bem como dos Exm<sup>os</sup> Srs. General do Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Tenente-

Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; General do Exército José Carlos De Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e Almirante-de-Esquadra Fernando Eduardo Studart Wiemer, Chefe do Estado-Maior da Armada.

Registro e agradeço também a presença entre nós dos Deputados Nelson Marquezelli e José Genoíno.

Por fim, convoco as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada imediatamente após o encerramento desta reunião, quando ouviremos, em audiência pública, o Sr. Christian Bernard, Diretor-Presidente Internacional da Ordem Rosacruz, a respeito de aspectos relacionados à Conferência Rio+20 e a percepção Rosacruz sobre os temas da agenda daquele evento, em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2011, desta Comissão, de autoria de S. Ex<sup>a</sup> o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado às senhoras e aos senhores.

*(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos)*